



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL



PROGRAMA ARCA

ÁREAS PROTEGIDAS DA CAATINGA

PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO

Junho de 2025

Sumário

LISTA DE FIGURAS	IV
LISTA DE TABELAS	V
LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES.....	VI
GLOSSÁRIO	VII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. METODOLOGIA DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO	2
1.2. PROPÓSITO E OBJETIVOS DA ANÁLISE DE GÊNERO E DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO.....	2
2. DESCRIÇÃO DO PROJETO	3
2.1. COMPONENTE 1 – CRIAÇÃO E APRIMORAMENTO DA EFETIVIDADE DE GESTÃO DAS UCs	3
2.2. COMPONENTE 2 – CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS	3
2.3. COMPONENTE 3 – CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DAS UCs E PI-PCT	4
2.4. COMPONENTE 4. COMUNICAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	4
3. OBJETIVOS DA ANÁLISE DE GÊNERO E DO PLANO DE AÇÃO	4
3.1. OBJETIVO CENTRAL DA ANÁLISE DE GÊNERO	4
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ANÁLISE DE GÊNERO.....	4
3.3. OBJETIVO CENTRAL DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO	5
3.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO	5
4. METODOLOGIA.....	5
4.1. CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO	5
5. LEGISLAÇÕES, POLÍTICAS E DIRETRIZES SOBRE GÊNERO.....	6
5.1. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E POLÍTICAS RELATIVAS A GÊNERO	6
5.2. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU	7
5.3. DIRETRIZES DO WWF RELATIVAS A GÊNERO	8
5.4. 5.3 DIRETRIZES DO FUNBIO RELATIVAS A GÊNERO.....	9
5.5. COMPARAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE POLÍTICAS DE GÊNERO: WWF, GEF, GCF E USAID.....	10
6. DIMENSÕES DE GÊNERO NO BRASIL, NA CAATINGA E NAS ÁREAS DO PROJETO ARCA	11
6.1. GÊNERO NO BRASIL.....	11
6.2. GÊNERO NO BIOMA CAATINGA.....	12
6.3. MULHERES NA CAATINGA	13
6.4. MULHERES E GÊNERO NAS ÁREAS DO PROJETO ARCA E NAS UCs: DADOS DE LINHA DE BASE E AVALIAÇÃO INICIAL DE GÊNERO	15
6.5. AVALIAÇÃO INICIAL DE GÊNERO: REVISÃO DE LITERATURA	18
6.6. AVALIAÇÃO DE GÊNERO PRELIMINAR: CONSULTAS DE CAMPO (4 ÁREAS DO PROJETO)	21
7. RELAÇÕES DE GÊNERO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	22
8. O PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO DO ARCA (PERÍODO DO PROJETO: 2024-2028)	23
8.1. INDICADORES GLOBAIS.....	23
8.2. COMPROMISSO COLETIVO E PARTICIPAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS	24
8.3. PROJETO ARCA – PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO: AÇÕES, MITIGAÇÃO DE RISCOS, INDICADORES E LINHA DO TEMPO POR COMPONENTES E ATIVIDADES DO PROJETO.....	24
9. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO	44
9.1. AVALIAÇÃO DE GÊNERO.....	44
9.2. ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA PESQUISA DE BASE COMUNITÁRIA E CONSULTAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ARCA E O PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO	44

9.3.	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO DO ARCA: DIRETRIZES PARA GRUPOS FOCAIS E ENTREVISTAS	
	48	
9.4.	ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES DE GÊNERO EM ENCONTROS INICIAIS COMUNITÁRIOS E DOS GRUPOS	
FOCAIS SOBRE GÊNERO.....		51
9.5.	ÉTICA E DIRETRIZES SOBRE SUJEITOS HUMANOS.....	52
9.6.	ESTRUTURA INSTITUCIONAL PARA O PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO DO ARCA	53
9.7.	ORÇAMENTO PARA O PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO DO ARCA	53
10.	MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES	53
11.	REFERÊNCIAS	54
12.	ANEXO 1: QUADRO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS E DE DIMENSÃO DE GÊNERO (ENTREVISTAS	
ESTRUTURADAS)		58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Biomas Brasileiros. Fonte: IBGE.....	13
Figura 2: Principais conflitos socioambientais conforme identificados por comunidades tradicionais de pescadores no estado da Bahia.....	16
Figura 3: Diagrama da Árvore de Problemas.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre Políticas de Gênero: WWF, GEF, GCF e, USAID.	10
Tabela 2: Plano de Ação de Gênero: Componente 1 do ARCA.	27
Tabela 3: Plano de Ação de Gênero: Componente 2 do ARCA.	32
Tabela 4: Plano de Ação de Gênero: Componente 3 do ARCA.	36
Tabela 5: Plano de Ação de Gênero: Componente 4 do ARCA (incluindo Monitoramento e Avaliação)..	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABE	Adaptação Baseada em Ecossistemas
ARCA	Programa Áreas Protegidas da Caatinga
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRI	Conselho de Revisão Institucional
ENREDD+	Estratégia Nacional de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GBF	Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal
GCF	Fundo Verde para o Clima
GEBs	Benefícios Ambientais Globais
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IGBE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAG	Plano de Ações de Gênero
METT	Ferramenta de Monitoramento da Eficácia da Gestão de Áreas Protegidas
PAN	Plano de Ação Nacional
PI-PCT	Povos Indígenas/Povos Tradicionais e Comunidades Locais
PPIT	Plano de Povos Indígenas e Tradicionais (antigo PPI)
PRMS	Plano de Restauração de Meios de Subsistência
REDD+	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Ambiental
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VBG	Violência Baseada em Gênero

GLOSSÁRIO¹

GÊNERO é um elemento constitutivo das relações sociais com base em diferenças percebidas entre o gênero que é atribuído à nascença e o gênero como uma forma primária de expressar relações de poder. Gênero também se refere aos papéis, responsabilidades, direitos, relacionamentos e identidades associadas a homens e mulheres, e definidos e atribuídos para eles dentro de uma dada sociedade e contexto, bem como à forma com que esses papéis, responsabilidades, direitos e particularidades de homens e mulheres se afetam e influenciam uns aos outros; esses papéis são variáveis ao longo do tempo, entre localidades e dentro de localidades. Gênero não é intercambiável com “mulher” ou “sexo”, mas, ao contrário, refere-se à consideração simultânea dos papéis e interações entre homens e mulheres (e outras identidades de gênero).

INTEGRAÇÃO DE GÊNERO envolve desenvolver projetos específicos para mulheres dentro de programas ou componentes dentro de programas de trabalho existentes, bem como requer que atenção seja dada as perspectivas de gênero como parte integral de todos programas. Isso envolve tornar as perspectivas de gênero – o que mulheres e homens fazem e a quais recursos e processos de tomada de decisão eles têm acesso – mais centrais em todas as fases de desenvolvimento de políticas, pesquisa, incidência política e elaboração, implementação e monitoramento de normas e padrões, bem como no planejamento, implementação e monitoramento de projetos.

ABORDAGEM OU ESTRATÉGIA SENSÍVEL A GÊNERO dá suporte a políticas, programas, atividades administrativas e financeiras, e procedimentos organizacionais na diferenciação entre as capacidades, necessidades e prioridades de mulheres e homens, tendo como meta assegurar que as visões e ideias de ambos, mulheres e homens, são levadas em consideração tendo em conta as implicações de decisões sobre a situação das mulheres relativa aos homens – e que são tomadas medidas para tratar assimetrias e desigualdades entre mulheres e homens.

ABORDAGEM RESPONSIVA A GÊNERO, no contexto de projetos de conservação/desenvolvimento: uma abordagem responsável a gênero responde às necessidades, prioridades, estruturas de forças, posições e relacionamentos entre homens e mulheres na elaboração, implementação e avaliação de atividades de um projeto, de forma que ambos os gêneros podem se beneficiar igualmente de qualquer intervenção – e inclui o planejamento, programação e orçamento que contribuem com a igualdade de gênero e o cumprimento dos direitos das mulheres, incorporando mudanças relativas a gênero em normas, em competências e no acesso a recursos como componentes críticos dos resultados do projeto.

ABORDAGEM OU ESTRATÉGIA TRANSFORMATIVA DE GÊNERO inclui uma consciência crítica dos papéis e normas entre homens e mulheres, desafia a distribuição de recursos e alocação de responsabilidades entre homens e mulheres, e promove a posição de mulheres, ao mesmo tempo em que trata das relações de poder entre mulheres e outros membros da comunidade; essa abordagem tem o foco na desconstrução de normas de gênero hierárquicas, construindo novos conceitos de masculinidade e feminilidade e, desta forma, transformando as relações de poder estruturais.

RACISMO consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que manifestam uma relação causal entre características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou de grupos e seus atributos intelectuais, culturais ou de personalidade, incluindo o falso conceito de superioridade racial. Racismo

¹ Fontes: UNDP “Gender Mainstreaming—a Key Driver of Development in Environment and Energy: Training Manual,” 2007 https://genderinsite.net/sites/default/files/Gender_Mainstreaming_Training_Manual_2007.pdf; WWF Mainstreaming Gender in Environmental Projects; e a Organização Mundial de Saúde (WHO) https://www.who.int/health-topics/gender#tab=tab_1

resulta em desigualdades raciais e na noção que relações discriminatórias entre grupos são moralmente ou cientificamente justificadas.

PATRIARCADO é um sistema social baseado na cultura, estruturas e relações que favorecem homens biológicos ou atribuídos homens por nascença, especialmente homens brancos, cisgêneros e heterossexuais.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, em qualquer área da vida pública ou privada, cujo propósito ou efeito seja o de anular ou restringir o reconhecimento, desfrute ou exercício, em base de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais consagrados nos instrumentos internacionais aplicáveis. Discriminação racial pode ser baseada em raça, cor, ancestralidade ou origem nacional ou ética.

COLONIALIDADE se refere aos efeitos duradouros e estruturais do colonialismo sobre as sociedades contemporâneas mantidos com força de norma por sociedades ocidentais/colonizadoras e também por pessoas/espaços/estruturas/instituições/sociedades. Isso abrange não apenas colonização política e territorial, mas, também, a colonização de mentes, corpos e estruturas sociais e culturais.

INTERSECCIONALIDADE é um sistema de opressões interconectadas que molda as vidas das mulheres, especialmente mulheres negras, indígenas e de outros grupos historicamente marginalizados. Diferentes eixos de opressão e subordinação se cruzam na experiência dessas mulheres, incluindo fatores como o classismo e as disparidades econômicas, que se entrelaçam com a discriminação racial e o racismo institucional, que por sua vez se sobrepõem à discriminação de gênero e à misoginia institucional, além da discriminação geracional e outras formas de desigualdade sistêmica.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do projeto Programa Áreas Protegidas da Caatinga (a seguir designado o “Projeto ARCA”, ou simplesmente o “Projeto”) é o de proteger o bioma Caatinga, um frágil sistema semiárido que domina o Nordeste do Brasil, ocupando mais de 844.453km², o equivalente a 10% do território nacional. O bioma está presente em 10 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o Norte de Minas Gerais. Destes, cinco possuem mais de 50% do seu território no bioma, e o estado com maior área de Caatinga é a Bahia. Parte em função de suas condições climáticas extremas, a Caatinga é rica em biodiversidade; o bioma Caatinga tem documentada a presença de 3.150 espécies de plantas com flores, 276 de formigas, 386 de peixes, 98 de anfíbios, 79 de répteis, 548 de pássaros, 183 de mamíferos e mais de 221 espécies de abelhas, de acordo com levantamentos recentes. Estudos recentes indicam que a Caatinga é habitada por ao menos 327 espécies endêmicas de fauna e 323 de flora. O bioma Caatinga é também habitado por 28,6 milhões de pessoas, das quais 9,5 milhões vivem em pequenas vilas rurais, em fazendas, nas comunidades tradicionais e indígenas e nos assentamentos de reforma agrária, os quais dependem da extração de recursos naturais dos ecossistemas no bioma Caatinga². Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Comunidades Locais (PI-PCT), bem como outros povos recém reassentados, habitam o bioma Caatinga, incluindo povos/grupos/comunidades que se identificam como Indígenas, Quilombola, terreiro, ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, caatingueiros, vazanteiros, veredeiros, Fundo e Fecho de Pasto, bem como sertanejos, vaqueiros e fazendeiros, entre outros.

Apesar de sua biodiversidade única e de seus valores ambientais, o bioma Caatinga enfrenta ameaças significativas devido a mudanças climáticas, perda de biodiversidade, caça e pesca ilegal, extração de recursos, degradação da terra, desmatamento e desertificação. A Caatinga é uma das áreas mais pobres e menos desenvolvidas do Brasil e, consequentemente, vivenciam um alto nível de extração de recursos e degradação. Sendo uma região semiárida, a Caatinga é altamente susceptível a incêndios e, portanto, é esperado que a frequência e intensidade desses eventos aumente com as contínuas mudanças no uso da terra e água, os impactos das mudanças climáticas sobre os padrões de chuva e a invasão humana de Unidades de conservação (UCs). O bioma também apresenta uma alta taxa de desmatamento devido ao consumo ilegal e insustentável de lenha, tanto para consumo doméstico como industrial. A maior parte dos habitantes da Caatinga vivem em condições socioeconômicas que resultam em uma significante dependência de recursos naturais para seu sustento e para lenha. O consumo ilegal e insustentável de lenha, em conjunto com sobre pastoreio e a conversão de áreas naturais para pastagens e agricultura, levou ao desmatamento de mais de 46% da área total do bioma. Além disso, no bioma Caatinga, até 125 e 253 espécies de fauna e flora, respectivamente, estão listadas como ameaçadas, e algumas espécies de pássaros icônicos são sujeitas à caça ilegal para o comércio de animais silvestres.

Unidades de conservação são reconhecidas como uma estratégia efetiva para reforçar a conservação da biodiversidade e a proteção de espécies ameaçadas e, de acordo com as Metas Nacionais de Biodiversidade do Brasil (Meta 11), no mínimo 17% do bioma Caatinga deverá estar sob proteção legal como UCs “conservadas através de unidades de conservação previstas na legislação do SNUC e outras

² Tabarelli, M., Leal, I.R., Scarano, F.R., Silva, J.M.C. (2017). The Future of the Caatinga. In: Silva, J.M.C., Leal, I.R., Tabarelli, M. (eds) Caatinga. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-68339-3_19

categorias oficiais de áreas protegidas, entre elas Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais e Terras Indígenas com vegetação nativa, garantindo e respeitando a demarcação, regularização e gestão efetiva e equitativa, de modo a assegurar a interconexão, integração e representatividade ecológica em paisagens mais abrangentes.”³ Entretanto, o bioma Caatinga tem baixa representação no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e, apesar sua importância ecológica e significante exposição às atividades humanas e impactos climáticos, a Caatinga tem recebido insuficiente interesse e baixa taxa de proteção em comparação com outros biomas brasileiros. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), apenas 9,2% do território da Caatinga é protegido por alguma forma de UC. Adicionalmente, limitações na gestão de UCs também são encontradas, sendo que os orçamentos públicos alocados tendem a ser insuficientes e resultam em escassez de infraestrutura, equipamentos, manutenção, funcionários e outros serviços.

O Projeto ARCA tem como objetivo fortalecer a conservação da Caatinga, um bioma de biodiversidade de importância global, por meio da expansão e do aprimoramento da gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil, da proteção de espécies ameaçadas e do engajamento de Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Comunidades Locais. O projeto busca aumentar a resiliência da biodiversidade e melhorar os modos de vida dessas comunidades.

1.1. Metodologia do Plano de Ações de Gênero

A metodologia usada para desenvolver a análise e o Plano de Ações de Gênero (PAG) incluiu revisões de literatura acadêmica, outros documentos do Projeto, documentos de Política e Diretrizes Institucionais, dados publicamente disponíveis e consultas iniciais em 4 de 9 áreas focais do Projeto. Na implementação do Projeto, durante a Fase Inicial de 9-12 meses, novas consultas serão realizadas para a obtenção de dados da linha de base da avaliação de gênero e o PAG será ajustado de acordo com o contexto das várias áreas do Projeto. Assim, o PAG do ARCA deve ser considerado um documento dinâmico de trabalho que vai e deve mudar à medida que mais dados e informações da dimensão de gênero são obtidos durante a Fase Inicial do Projeto e além, na Fase de Monitoramento e Avaliação do Projeto.

1.2. Propósito e Objetivos da Análise de Gênero e do Plano de Ações de Gênero

O principal objetivo da Análise de Gênero é coletar dados específicos de gênero que ampliarão a compreensão e conhecimento sobre os papéis de mulheres e homens nas áreas do Projeto, os processos de tomadas de decisão, as responsabilidades entre mulheres e homens nas entidades de governança em vários níveis, o controle sobre a gestão dos diversos tipos recursos naturais, o acesso à terra e aos recursos por mulheres e homens na área do Projeto e outros temas. Essa Análise de Gênero ajudará a identificar lacunas, oportunidades e soluções para aprimorar a participação ativa e equilibrada de homens e mulheres no Projeto (“lacunas de gênero”).

O objetivo central do Plano de Ações de Gênero é integrar gênero ao longo do ciclo do Projeto ARCA, aplicando abordagens sensíveis a gênero, responsivas a gênero e transformativas de gênero à execução do Projeto, para facilitar a conscientização sobre os papéis e a dinâmica de forças de mulheres e homens no Projeto, de modo que: fortaleça e promova maior Igualdade de Gêneros; promova uma gestão mais equitativa do uso de recursos naturais e da repartição de seus benefícios nas áreas do Projeto; incremente

³ Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), 2023. Brazil: 6th National Report to the Convention on Biological Diversity/Ministry of the Environment. National Secretariat of Biodiversity, Forests and Animal Rights; Coordinator Rodrigo Martins Vieira. Brasília, MMA. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/publicacoes/reduced-report-6th-national-report-to-the-convention-on-biological-diversity-2023-in-english-reduced-report.pdf>

e fortaleça os papéis das mulheres e suas responsabilidades no acesso a recursos, posse da terra, segurança fundiária, segurança alimentar, saúde e bem-estar em relação ao Projeto e às áreas do Projeto.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O objetivo do Projeto ARCA é: melhorar a conservação da Caatinga, um bioma com biodiversidade de importância global, através da expansão e da eficácia melhorada da gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil (SNUC), conservação de espécies e do engajamento de Povos Indígenas, Povos Tradicionais e Comunidades Locais (PI-PCT), incrementando a resiliência da biodiversidade e melhorando seus modos de vida.

Os Benefícios Ambientais Globais (GEBs) que o Projeto produzirá incluem (1) um mínimo de 4.681.821 hectares de Unidades de conservação incluindo novas áreas criadas e também áreas que serão beneficiárias da gestão com eficácia melhorada, (2) redução de emissões de gases de efeito estufa, e (3) cerca de 4.390 beneficiários locais nas comunidades locais dentro ou nas adjacências das UCs.

O Projeto ARCA é estruturado em quatro componentes, conforme indicado a seguir:

2.1. Componente 1 – Criação e Aprimoramento da Efetividade de Gestão das UCs

2.1.1. Resultado 1.1. Criação de Novas UCs

Esse Resultado apoiará a preparação e proposição de novas UCs e a expansão daquelas existentes através de estudos de múltiplas avaliações, levantamentos de biodiversidade (especialmente em áreas pouco estudadas da Caatinga), consultas públicas e atividades de campo.

2.1.2. Resultado 1.2. Aprimoramento da Efetividade de Gestão das UCs Existentes

Esse resultado apoiará a gestão aprimorada de UCs existentes através do fornecimento da necessária infraestrutura e equipamentos de governança e gestão, dando suporte ao desenvolvimento e implementação participativos dos planos de manejo e de atividades de proteção e fiscalização, entre outras. Atenção especial será dada às ações de adaptação climática, entre elas o desenvolvimento de planos de manejo do fogo e a construção de capacidades junto aos funcionários das UCs e às comunidades locais para enfrentar a desertificação e mudanças climáticas. Incluído nesse resultado, o Projeto construirá capacidades técnicas, institucionais e de governança dos Conselhos Gestores das UCs, os quais são constituídos por governo, sociedade civil e PI-PCT, entre outros.

2.2. Componente 2 – Conservação de Espécies Ameaçadas

2.2.1. Resultado 2.1. Aprimoramento na Implementação dos Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas

Esse resultado promoverá uma gestão mais eficaz de espécies ameaçadas na Caatinga através de (1) construção de capacidades e apoio operacional para implementação das diretrizes para espécies ameaçadas conforme planejado nos Planos de Ação Nacional (PANs), e (2) monitoramento da implementação dos PANs.

2.2.2. Resultado 2.2. Combate à Caça e ao Tráfico Ilegal de Vida Silvestre

Esse resultado visa refrear o comércio e a caça ilegal através de campanhas de comunicação com a sociedade para reduzir a demanda por produtos e reduzir o engajamento com a caça/tráfico, e aumentar capacidades governamentais para o combate à caça e tráfico ilegais.

2.3. Componente 3 – Capacitação das Equipes das UCs e PI-PCT

2.3.1. Resultado 3.1. Fortalecimento das Capacidades de PI-PCT e das Equipes das UCs para Melhor Governança, Gestão e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Esse resultado apoiará grupos de PI-PCT vivendo dentro e nas imediações das UCs no bioma Caatinga, reforçando sua capacidade de participar na governança da UC e reduzindo a pressão sobre os recursos naturais. Para este fim, como Resultado 3.1.1, construção de capacidades e treinamentos serão fornecidos aos grupos de PI-PCT. Como Resultado 3.1.2, chamadas de propostas serão lançadas, junto com a assistência técnica aos grupos de PI-PCT associada com o desenvolvimento e submissão de propostas. Proponentes selecionados receberão subvenção para custear a ação de grupos de PI-PCT em temas como uso sustentável de recursos naturais dentro e no entorno da UCs incluídas. Assistência técnica e apoio operacional serão fornecidos a grupos de PI-PCT para o desenvolvimento, submissão e implementação de propostas de projetos.

2.4. Componente 4. Comunicação e Gestão do Conhecimento

2.4.1. Resultado 4.1. Comunicação e Gestão do Conhecimento do Projeto

Esse resultado apoiará a comunicação e gestão do conhecimento para fornecer informação sobre as atividades do Projeto, disseminar seus resultados e capturar e disseminar lições aprendidas pelo Projeto, de forma adequada para audiências específicas – partes interessadas no Projeto, PI-PCT, parceiros implementadores e o público em geral. Boas práticas e lições aprendidas a partir da perspectiva de gênero também serão assimiladas e disseminadas. As atividades de comunicação com o público também serão apoiadas com vista à sensibilização sobre o Projeto e disseminação de informação.

3. OBJETIVOS DA ANÁLISE DE GÊNERO E DO PLANO DE AÇÃO

3.1. Objetivo Central da Análise de Gênero

O principal objetivo da Análise de Gênero é coletar dados específicos de gênero para ampliar a compreensão e conhecimento sobre os papéis de mulheres e homens nas áreas do Projeto, os processos de tomadas de decisão e as responsabilidades entre mulheres e homens nas entidades de governança em vários níveis, o controle sobre a gestão dos diversos tipos de recursos naturais, o acesso à terra por mulheres e homens na área do Projeto e outros temas. Essa Análise de Gênero ajudará a identificar lacunas, oportunidades e soluções para aprimorar a participação ativa e equilibrada de homens e mulheres no Projeto (“lacunas de gênero”) e promover uma gestão mais equitativa do uso dos recursos naturais e de seus benefícios, bem como da proteção dos recursos naturais nas áreas do Projeto.

3.2. Objetivos Específicos da Análise de Gênero

1. Fornecer de forma clara informação da linha de base sobre o contexto e a situação relativa a questões de gênero tanto na área do Projeto (local e nacional) como de forma mais geral;
2. Coletar dados desagregados por sexo e grupos etários em ao menos cinco domínios da Análise de Gênero: acesso a, uso e controle sobre recursos (renda, emprego, posse da terra e direitos de usufruto, acesso tradicional etc.); papéis, responsabilidades e utilização do tempo; normas, crenças e percepções; legislação, políticas e práticas institucionais, incluindo aquelas relativas à proteção contra Exploração Sexual, Abuso e Assédio (ESAA) e de Violência Baseada em Gênero (VBG); e processos de tomada de decisão;
3. Identificar limitações e oportunidades para a completa e equitativa participação das mulheres e homens nas atividades do Projeto;

4. Identificar atividades econômicas sustentáveis de interesse de mulheres e homens para incrementar seus modos de vida e bem-estar;
5. Formular recomendações para orientar a implementação do Projeto Responsivo a Gênero, incluindo a identificação de Indicadores Específicos a Gênero, para monitorar o progresso na integração de gênero e empoderamento das mulheres em alinhamento com os objetivos e a matriz de resultados do Projeto.

3.3. Objetivo Central do Plano de Ações de Gênero

O objetivo central do Plano de Ações de Gênero é integrar gênero ao longo do ciclo do Projeto ARCA, aplicando abordagens sensíveis a gênero, responsivas a gênero e transformativas de gênero à execução do Projeto, para facilitar a conscientização sobre os papéis e a dinâmica de forças de mulheres e homens no Projeto, de modo que: fortaleça e promova maior Igualdade de Gêneros; promova uma gestão mais equitativa do uso de recursos naturais e da repartição de seus benefícios nas áreas do Projeto; incremente e fortaleça os papéis das mulheres e suas responsabilidades no acesso a recursos, posse da terra, segurança fundiária, segurança alimentar, saúde e bem-estar em relação ao Projeto e às áreas do Projeto.

3.4. Objetivos Específicos do Plano de Ações de Gênero

Os objetivos do Plano de Ações de Gênero do ARCA são:

1. Integrar gênero em todos os aspectos do Projeto, pelo desenvolvimento de programas responsivos a gênero e transformativos de gênero, aumentando o número de projetos e componentes de projetos de mulheres dentro das atividades e componentes do Projeto ARCA, e em Comunidades Ligadas ao Projeto
2. Facilitar e assegurar a segurança de acesso aos recursos naturais, bem como facilitar a posse mais segura da terra para as Mulheres Ligadas ao Projeto (MLPs), definidas como mulheres envolvidas no Projeto ARCA diretamente ou em conexão com Unidades de conservação definidas pelo Projeto;
3. Incrementar a participação de MLP nos Conselhos de UCs e na gestão e tomada de decisão da UCs;
4. Facilitar a tomada de decisão participativa para ações de base comunitária (e possivelmente subvenções do Projeto);
5. Incrementar os indicadores de “empoderamento”, medidos em termos de número/porcentagens de Mulheres Ligadas ao Projeto (MLPs) engajadas em lideranças formais e informais e posições de tomadas de decisão, antes e depois da implementação do Projeto; e
6. Incrementar a segurança e diminuir/prevenir/mitigar riscos de ESAA e VBG para as MLP.

4. METODOLOGIA

4.1. Construção do Plano de Ações de Gênero

Uma pesquisa inicial para a construção do Plano de Ações de Gênero do ARCA com o propósito de identificar fatores que determinam e contribuem para a ocorrência de circunstâncias de forma a aprofundar o conhecimento sobre a realidade (Gil, 2002) das comunidades tradicionais residentes no bioma Caatinga. A construção do plano de gênero foi baseada em uma revisão de literatura baseada em trabalhos teóricos: livros e artigos científicos sobre as relações interseccionais (dimensão de classe que se cruza com dimensão de raça que se combina com dimensão de gênero que interage com dimensão intercultural) bem como pesquisa em documentos públicos sobre legislação e em dados abertos do

governo, visando fornecer uma base teórica e legal e contribuir para as atividades propostas. Alguns teóricos a quem recorremos para compreender as categorias fundamentais na presente proposta de plano de ação de gênero foram: Carla Akotirene e Kimberlé Crenshaw, que apresentam interseccionalidade como uma categoria teórica e metodológica para compreender os eixos de opressão que hierarquizam as relações sociais; e Joan Scott, para compreender o significado de relações de gênero. O quadro de referência e dados legais foram obtidos por pesquisa documental com base no Estatuto de Igualdade Racial do Brasil e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.1.1. Métodos para Avaliar as Dimensões de Gênero no Brasil e na Caatinga

Um breve estudo teórico foi conduzido como um primeiro passo para descrever a situação de gênero no Brasil de uma forma mais genérica e na área do projeto mais especificamente, utilizando dados e informação de fontes nacionais, da ONU, de outras organizações e da academia.

4.1.2. Métodos para uma Avaliação Inicial de Gênero nas Áreas do Projeto ARCA

Adicionalmente, um processo direto de consulta comunitária foi realizado como parte da preparação da EGAS/PF em março de 2024, com uma amostra das comunidades selecionadas em quatro das nove UCs identificadas, escolhida para representar uma seção transversal dos diferentes tipos de comunidades na área (Quilombola, pescadores artesanais, extrativistas, caatingueiros, Fundo e Fecho de Pasto, agricultores familiares etc.), incluindo associações de mulheres, para assegurar a captura das visões tanto das mulheres como dos homens.

Essas consultas foram realizadas nas comunidades locais, em espaços designados pelas próprias comunidades (usualmente, uma associação ou escola local), com representantes das principais instituições locais e membros da comunidade não afiliados. Cada encontro começou com uma rodada de apresentação seguida de uma breve explanação, por parte da equipe do Projeto responsável pela consulta, resumindo sua estrutura, finanças e principais áreas de ação, bem como sobre os potenciais tipos de benefícios e impactos que podem ser trazidos para a comunidade. Essas descrições foram intencionalmente mantidas simples e curtas, devido à natureza majoritariamente técnica do Projeto (uma vez que é largamente focado no fortalecimento das práticas de gestão e manejo das UCs) e por um desejo de minimizar descrições de potenciais benefícios do projeto para não criar expectativas indevidamente.

Durante a implementação do Projeto, resultados adicionais de pesquisas de campo e consultas sobre dimensão de gênero e inclusão social serão incorporados nas atividades dentro do PAG.

5. LEGISLAÇÕES, POLÍTICAS E DIRETRIZES SOBRE GÊNERO

5.1. Legislação Brasileira e Políticas Relativas a Gênero

A Constituição Federal brasileira de 1988 declara no seu Artigo 5 (Capítulo I, Título II): “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (I) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988).

A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do Brasil tem o foco na igualdade de gênero através do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Banco Mundial, 2016), sendo que no Brasil é permitida a titulação conjunta de terras, o que possibilita a mulheres e homens compartilhar a posse da terra e as decisões sobre o uso da terra (Banco Mundial, 2018). A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade do Brasil inclui responsividade a gênero, e o Brasil se comprometeu a ações direcionadas ao Objetivo 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, sobre Igualdade de Gênero (veja

abaixo). Considerando a diversidade populacional da Caatinga, o Plano de Ações de Gênero do ARCA é comprometido a cumprir as prerrogativas da Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e a combater a discriminação racial, onde nas suas provisões preliminares ele declara:

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Adicionalmente, o PAG é definido de acordo com o Decreto Federal 6.040/2007 do Brasil, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, considerando suas especificidades sociais, culturais, econômicas e históricas. Desta forma, uma abordagem intercultural deve sempre ser incluída na perspectiva de interseccionalidade já estabelecida do Projeto, assegurando que as mulheres de grupos tradicionais devem ser consideradas também na especificidade supramencionada.

Esse Plano de Ações de Gênero para o Projeto ARCA é comprometido a cumprir os pontos fundamentais da Política Nacional para as Mulheres, como igualdade e respeito à diversidade (mulheres e homens são iguais nos seus direitos); equidade (a igualdade de oportunidades deve ser garantida a todas as pessoas, observando as especificidades das mulheres); autonomia das mulheres (poder de decisão sobre suas vidas e seus corpos, bem como o poder de influenciar eventos na sua comunidade); e participação e controle social (participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social).

5.2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltados a tratar os principais desafios ao desenvolvimento, como a pobreza e a fome, e ainda a proteger o meio ambiente e o clima. O Brasil possui, atualmente, 20 objetivos de desenvolvimento sustentável, sendo os três últimos aprovados durante a 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que ocorreu em setembro de 2023 em Nova Iorque.

O Brasil adotou os compromissos de gênero da Convenção da Diversidade Biológica da ONU, incluindo a adoção do “Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal” (GBF), na 15ª Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica da ONU), o qual inclui, entre as Metas Globais para 2030, as Metas 22 e 23 e questões relacionadas para a definição de metas a nível nacional, relativas a igualdade de gênero, de acordo com o Objetivo 5 Igualdade de Gênero dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (GBF, 2024):

META 22. Lograr a participação e representação plena, equitativa, inclusiva, efetiva e com perspectiva de gênero dos povos indígenas e das comunidades locais na tomada de decisões, e seu acesso à justiça e à informação em matéria de biodiversidade biológica, respeitando suas culturas e seus direitos sobre as terras, os territórios e os recursos, e os conhecimentos tradicionais, assim como a participação das mulheres e das meninas, meninos e a população jovem, e as pessoas com deficiências, e assegurando a proteção plena dos defensores dos direitos humanos ambientais.

Questão-chave relacionada a gênero (GBF, 2024):

- Como pode ser promovida a igualdade de gênero e a participação de mulheres e meninas no processo de decisão relacionado a biodiversidade?

META 23. Zelar pela igualdade de gênero ao aplicar o Marco aplicando uma abordagem com perspectiva de gênero segundo a qual todas as mulheres e meninas tenham as mesmas oportunidades e capacidades para contribuir aos três objetivos da Convenção, incluindo o reconhecimento de sua igualdade de direitos e acesso à terra e aos recursos naturais e sua participação e liderança plenas, equitativas, significativas e informadas em todos os níveis de ação, compromisso, política e tomada de decisões relacionados com a biodiversidade.

Questões-chave relacionadas a gênero (GBF, 2024):

- Quais processos ou mecanismos existem para assegurar igualdade de gênero e uma abordagem responsiva a gênero para a biodiversidade? Como eles endereçam o acesso à terra e recursos? Como eles afetam os processos de tomada de decisão? Quão efetivos eles têm sido? Quais processos ou mecanismos adicionais podem ser necessários?
- Quais são as oportunidades e restrições para incrementar igualdade de gênero? Quais os atores que podem ser afetados? Como eles podem ser envolvidos e suas necessidades atendidas?
- Quais mecanismos existem para assegurar que mulheres e meninas tenham acesso à terra e recursos? Como eles podem ser melhorados ou fortalecidos?
- Quais recursos adicionais (financeiros, humanos e técnicos) serão requeridos para alcançar a meta nacional? Como recursos adicionais podem ser captados? Quais são as possíveis fontes desses recursos?

O Plano de Ações de Gênero do ARCA se alinhará com a Meta 5 dos ODS, tratando diretamente da Igualdade de Gênero, e com as Metas 22 e 23 do GBF (2024). Adicionalmente, o 18º Objetivo dos ODS visa promover igualdade racial através da confrontação de todas as formas de racismo e discriminação com base em raça e/ou etnia; o 19º Objetivo dos ODS é assegurar a pluralidade e liberdade cultural, a democratização da arte e a comunicação inclusiva para todos; e o 20º Objetivo é garantir os direitos e promover a cultura de povos indígenas e comunidades tradicionais, valorizando a ancestralidade e o conhecimento tradicional. Nesse contexto, o plano se alinha a esses objetivos complementares por assegurar a promoção de conhecimento, conservação, valorização e o uso sustentável da biodiversidade.

5.3. Diretrizes do WWF relativas a Gênero

A Carta de Princípios de Igualdade de Gêneros do WWF⁴, vigente a partir de julho de 2023, estabelece o seguinte: “o WWF é uma organização de conservação e busca desenvolver sua missão – um mundo onde

⁴ WWF, 2023. Statement of Principles: Gender Equality.

https://files.worldwildlife.org/wwfcmsprod/files/Publication/file/7lmjjmpzho_sop__gender_equality.pdf?_ga=2.60116397.1064219365.1713443886-961543970.1713443885

as pessoas e a natureza prosperam – a partir do princípio fundamental que resultados positivos tanto para as pessoas como para a natureza dependem firmemente na consolidação e integração dos direitos humanos nas práticas conservacionistas. A promoção de igualdade de gênero é central a essa abordagem e um tema transversal para todas suas atividades⁵.”

A “Carta de Princípios se aplica no contexto de todo o trabalho do WWF:”

1. Respeitar e promover a igualdade de gênero. A igualdade de gênero é um direito humano reconhecido internacionalmente. O WWF é comprometido na consolidação e integração da igualdade de gênero em todo seu trabalho, incorporando a responsividade a gênero.
2. Compreender o contexto local de gênero. O WWF busca compreender normas, papéis e dinâmicas de gênero no contexto local, bem como a forma de interseção de gênero com outras identidades e características, para subsidiar suas ações, incluindo progresso na igualdade de gênero.
3. Promover inclusão, compreensão e representação de todos os gêneros. O WWF promove um ambiente propício para indivíduos e grupos serem incluídos, representados, respeitados, engajados e ouvidos, independentemente de seu gênero e identidades interseccionais.
4. Defender que os Estados cumpram suas obrigações com compromissos e deveres assumidos. No seu trabalho, o WWF encoraja os Estados a respeitar, proteger e cumprir suas obrigações de igualdade de gênero.
5. Combater a violência de gênero. O WWF apoia a eliminação de todas as formas de violência baseada em gênero e busca prevenir e mitigar os riscos de atos nocivos motivados por desigualdade ou discriminação de gênero relacionados a seu trabalho.
6. Apoiar a igualdade de gênero em parcerias. O WWF espera que seus parceiros respeitem a igualdade de gênero e se reserva o direito de encerrar parcerias se esta expectativa não é atingida.
7. Alinhar comunicação e incidência política. O WWF trabalha para incorporar seu compromisso com a igualdade de gênero nas suas comunicações e ações de incidência política.

5.4. 5.3 Diretrizes do FUNBIO relativas a Gênero

A Política de Integração de Gênero do FUNBIO⁶ (P-26/2013) tem o objetivo central de “Promover a integração de Gênero no processo de tomada de decisão dentro do ciclo de projetos do FUNBIO” para todos os projetos financiados pelo GEF e GCF.

Os Princípios Orientadores da Política de Integração de Gênero do FUNBIO são os seguintes:

1. O FUNBIO rejeita todas as formas de preconceito e discriminação de gênero em suas operações.
2. O FUNBIO repudia oportunidades desiguais e/ou remunerações desiguais para trabalhos equivalentes entre homens e mulheres.
3. O FUNBIO pretende ajudar a construir uma maior compreensão entre os seus funcionários e parceiros sobre as dimensões essenciais de gênero envolvidas na promoção de sustentabilidade ambiental. Isso é baseado na firme convicção da instituição de que temos uma maior chance de

⁵ O WWF reconhece que a definição de gênero está em constante evolução. O uso do termo "gênero" pelo WWF é orientado por https://www.who.int/health-topics/gender#tab=tab_1

⁶ https://www.FUNBIO.org.br/wp-content/uploads/2017/05/P-26-Gender-Mainstreaming-Policy-FUNBIO_2023.pdf

alcançar nossos objetivos quando questões de gênero são integradas transversalmente na preparação e implementação de nossos projetos.

4. Questões sensíveis a gênero são consideradas nos projetos apoiados pelo FUNBIO, os quais tomam todas as necessárias medidas para nunca agravar ou replicar desigualdades.
5. A implementação de todos os projetos apoiados pelo FUNBIO leva em consideração a importância da voz e participação feminina.
6. Essa abordagem é imposta proativamente ao longo do ciclo do projeto e segue as diretrizes estabelecidas na Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas (1948) e da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).

5.5. Comparação Institucional entre Políticas de Gênero: WWF, GEF, GCF e USAID

A tabela a seguir (Tabela 1), extraída de “Integrando Gênero em Projetos Ambientais” do WWF, resume as Políticas de Gênero do WWF, GEF, GCF e USAID (WWF, 2021⁷).

Tabela 1: Comparação entre Políticas de Gênero: WWF, GEF, GCF e USAID.

POLÍTICAS	PRINCÍPIOS CENTRAIS
POLÍTICA DE GÊNERO DO WWF⁸	O WWF comprehende que conservação pressupõe facilitar a mudança social e que nosso trabalho é sobretudo influenciar e mudar o comportamento das pessoas, as políticas e as instituições na direção do uso mais sustentável dos recursos naturais. O comportamento das pessoas e as decisões sobre gestão dos recursos naturais são marcados por complexas e interconectadas estruturas e processos culturais, sociais e econômicos, incluindo etnicidade, riqueza, religião e gênero.
POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO DO GEF⁹	Esta Política visa assegurar igualdade de oportunidades a mulheres e homens para participar, contribuir e se beneficiar de Atividades Financiadas pelo GEF em apoio aos esforços do GEF para alcançar benefícios ambientais globais. Os seguintes princípios guiam os esforços para promover Igualdade de Gênero e o Empoderamento de Mulheres na governança e operações do GEF: Esforços para a Integração de Gênero e a promoção da Igualdade de Gênero e o Empoderamento de Mulheres são perseguidos de acordo com as decisões sobre gênero sob os Acordos Multilaterais Ambientais (AMAs) que o GEF atende. As Atividades Financiadas pelo GEF tratam e não exacerbam desigualdades baseadas em gênero existentes. Engajamento e análises com partes interessadas são conduzidos de uma maneira inclusiva e responsiva a gênero, de forma que os direitos das mulheres e homens e os diferentes conhecimentos, necessidades, papéis e interesses de mulheres e homens são reconhecidos e considerados. As Atividades Financiadas pelo GEF são conduzidas, planejadas e implementadas de uma maneira inclusiva. Uma Abordagem Responsiva a Gênero é aplicada ao longo da identificação, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação. Oportunidades para abordar Lacunas de Gênero e apoiar o Empoderamento de Mulheres são aproveitadas.

⁷ WWF, 2021. “Mainstreaming Gender in Environmental Projects”

⁸ Política completa: https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/wwfgenderpolicy_final_26may11.pdf

⁹ Política completa: https://www.thegef.org/sites/default/files/council-meeting-documents/EN_GEF.C.53.04_Gender_Policy.pdf

POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO DO GCF¹⁰	O GCF destaca-se em termos de integração de gênero como o primeiro a integrar aspectos de gênero desde o início das operações de financiamento. A integração de gênero é central aos objetivos e princípios norteadores do GCF. Uma abordagem sensível a gênero está incorporada nos Instrumentos de Governança do GCF e políticas relacionadas, as quais têm sido adotadas desde a concepção do Fundo.
POLÍTICA DE GÊNERO DA USAID¹¹	A USAID trabalha para alcançar todas as pessoas dentro dos países parceiros. Mulheres e meninas são frequentemente as mais vulneráveis, marginalizadas e excluídas da sociedade. A política de gênero da USAID é centrada nos seguintes cinco pontos: Reducir disparidades entre mulheres e homens no acesso, controle e benefício de recursos, riquezas, oportunidades e serviços econômicos, sociais, políticos, educacionais e culturais; Empenhar-se a eliminar violência de gênero. Aumentar a capacidade de mulheres e meninas para exercitar integralmente seus direitos fundamentais e legais. Apoiar estratégias e atividades que garantam os direitos a propriedade privada e posse da terra para mulheres. Aumentar o acesso de mulheres e meninas à educação, incluindo oportunidades de educação superior.

6. DIMENSÕES DE GÊNERO NO BRASIL, NA CAATINGA E NAS ÁREAS DO PROJETO ARCA

6.1. Gênero no Brasil

Desigualdade de gênero ainda permeia todos os campos da sociedade brasileira, impondo aos governantes, movimentos sociais e sociedade civil organizada tomar medidas para mudar essa realidade e reafirmar o compromisso de lutar contra todas as formas de discriminação, violações de direitos e promover iguais oportunidades a todas as pessoas.

A condição de mulheres no Brasil tem motivado muitos debates, políticas e ações, bem como a implementação de políticas públicas, devido à marcante desigualdade em relação aos homens. Essas políticas e ações incluem temas como direitos sexuais e reprodutivos, violência de todos os tipos, relações afetivas, inserção no mercado de trabalho, participação em espaços políticos e de poder, questões étnicas-raciais e coloniais, identidades e percepções sobre o corpo, entre outras agendas para garantir direitos e cidadania de mulheres, uma vez que as relações de poder relacionadas a gênero tem determinando e perpetuado desigualdades entre homens e mulheres em todas as esferas sociais, políticas e econômicas.

O processo de colonização e os parâmetros patriarcais foram fundamentais na estruturação da sociedade brasileira. Um espaço social subjugado foi instituído para mulheres, justificado por diferenças biológicas que estabeleceram relações de poder onde os homens são dominantes e as mulheres subservientes; portanto, as relações de gênero devem ser compreendidas de uma perspectiva histórico-cultural e não como um fenômeno que naturaliza tal desigualdade (Bezerra e Veloso, 2015).

Historicamente, enquanto os homens assumiram atividades associados à ordem produtiva, as mulheres foram confinadas à esfera reprodutiva, às práticas de cuidados e à reprodução das condições de vida das

¹⁰ Política completa: <https://www.greenclimate.fund/document/gender-policy>

¹¹ Política completa: https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/GenderEqualityPolicy_0.pdf

pessoas através de tarefas domésticas, preparação de alimentos, atenção à limpeza e higiene do ambiente doméstico, tendo seu trabalho menos valorizado e/ou não remunerado.

Em algumas esferas, homens poderiam também ser diversamente impactados de modos negativos, por exemplo, homens têm maior taxa de mortalidade prematura por poluição do ar ambiente ou ocupacional, bem como por agentes carcinogênicos ocupacionais, enquanto as taxas de mortalidade prematura das mulheres são mais impactadas por matéria particulada residencial e por fontes de água insalubre e saneamento (OECD, 2020¹²).

6.2. Gênero no bioma Caatinga

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, no Brasil, devido à condição de maternidade, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo com tarefas de cuidados e/ou domésticos em comparação com os homens (21,3 horas versus 11,7 horas). Na Região Nordeste, a qual inclui o bioma Caatinga, mulheres dedicaram mais tempo a essas atividades (23,5 horas), que foi também a região com maior desigualdade em relação aos homens (Brasil, 2023, 2).

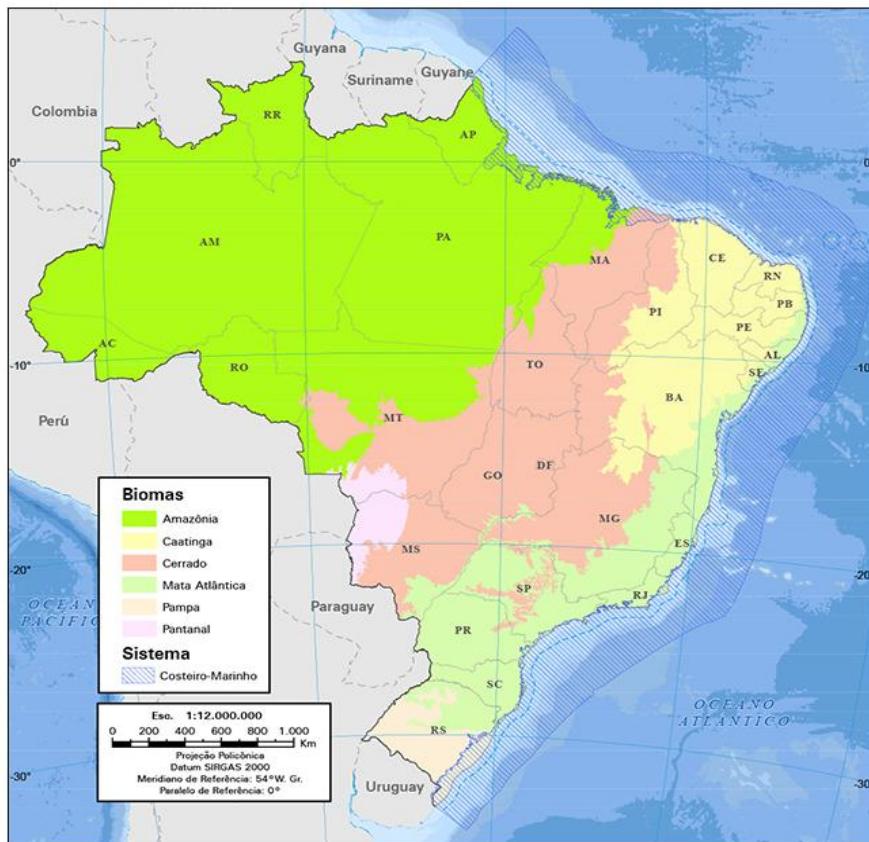
O Brasil, um país de vasta dimensão territorial, exibe muitas desigualdades entre suas regiões. A Região Nordeste sofre dessas desigualdades em parte devido à vulnerabilidade climática nesses biomas, o que pode ter impactos significativos sobre as mulheres, especificamente na Caatinga, uma região semiárida que abrange a maior área suscetível à desertificação no país, onde variáveis climáticas afetam a biodiversidade e, assim, a segurança alimentar e nutricional, uma responsabilidade e esfera que caem predominantemente sobre as mulheres.

Fatores estruturais a mudanças ambientais, como o processo contínuo de desertificação (um fator predominante para incêndios), afetam significativamente as famílias residentes nessas áreas. O resultado das ações humanas, como o desmatamento constante para produção de lenha e a caça e pesca ilegais, que ameaçam com extinção a fauna e flora local, e a susceptibilidade a condições de risco devido ao crescente tráfico de animais silvestres e exóticos, podem tornar o bioma em uma vasta área inóspita, intensificando o êxodo rural e a perda de referências políticas, comunitárias, sociais e culturais da região.

Neste contexto, um processo de informação, comunicação e educação é necessário para que o modelo extrativista predatório presente no bioma Caatinga possa ser transformado em um modelo sustentável com base na conservação e gestão participativa adequada do ecossistema local. Para isso, a participação política das mulheres é fundamental, tanto no espaço doméstico (já que estão mais próximas da educação dos filhos), no treinamento e sensibilização de crianças, adolescentes e jovens adultos, e nas relações comunitárias, através da ocupação de espaços de liderança.

¹² <https://www.oecd.org/environment/brochure-gender-and-environmental-statistics.pdf>

Figura 1: Biomas Brasileiros. Fonte: IBGE.



A Caatinga ocupa uma área de 844.453 km² ou 11% do território nacional (Figura 1), majoritariamente concentrada na Região Nordeste em nove estados (Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Bahia, Paraíba e Sergipe) e uma pequena porção na Região Sudeste (IBGE, 2004).

6.3. Mulheres na Caatinga

Sendo uma região semiárida única no nordeste do Brasil, a Caatinga é residência para uma multidão de mulheres que desempenham importantes papéis nos relacionamentos comunitários, cultura local, reprodução do conhecimento e produção econômica. Muitas habilidades têm sido adquiridas e repassadas de geração em geração e representam uma fonte importante de renda para muitas famílias. Algumas dessas incluem: produtoras rurais que desempenham um papel vital na agricultura de subsistência na Caatinga, cultivando uma variedade de culturas adaptadas às condições semiáridas da região, como mandioca, milho, feijões e frutas nativas; artesãs dedicadas à produção de artesanatos locais e tradicionais (cerâmicas, redes e cestaria, esculturas em madeira, materiais de couro, tecelagem, rendado e bordado); líderes comunitárias atuando em posições de liderança, organizando atividades comunitárias, defendendo os direitos das mulheres e lutando por questões como acesso a água potável, educação e melhores condições de vida no semiárido; mulheres conservacionistas envolvidas em esforços de conservação ambiental, protegendo a biodiversidade única da região e promovendo práticas de uso sustentável do solo; benzedereiras promovendo a perpetuação de conhecimento ancestral relativo à saúde, religiosidade e espiritualidade; professoras assumindo responsabilidade por cuidados educacionais tanto na educação formal quanto informal, como as diversas escolas que correspondem ao sistema brasileiro de educação rural, indígena ou quilombola no país.

Dados demográficos da região da Caatinga demonstram alta desigualdade de gênero. De acordo com dados do IBGE (Censo Demográfico 2000), metade da população da região semiárida, ou mais de oito

milhões de pessoas, não possuem renda monetária ou possuem benefícios governamentais como sua única fonte de renda, e a maioria (59,5%) são mulheres. Aquelas pessoas que possuem renda de até um salário mínimo mensal somam pouco mais de cinco milhões de pessoas (31,4%), 47% das quais são mulheres. Por outro lado, apenas 5,5% tem renda entre dois e cinco salários mínimos, a maior parte (67%) dos quais são homens, e dos 0,15% que tem renda acima de trinta salários mínimos, apenas 18% são mulheres. O Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade com base na renda, é acima de 0,60 para mais de 32% dos municípios na região semiárida, demonstrando uma alta concentração de desigualdade de renda na região (IDB, 2018¹³).

É importante destacar a diversidade de mulheres vivendo no bioma Caatinga – de produtoras rurais a indígenas e quilombolas – e ressaltar alguns tópicos que impactam negativamente e outros que podem melhorar positivamente a qualidade de vida das populações da Caatinga, com especial atenção às mulheres – as quais devem ser tomadas como referência para um plano de ação com perspectiva de gênero, de modo a incrementar as condições das mulheres e, desta forma, contribuir com os processos sociais, econômicos e políticos dos sujeitos e entidades sociais que formam as comunidades na Caatinga:

1. Escassez de água (especialmente durante os períodos de seca prolongada): as mulheres são frequentemente responsáveis por coletar água para suas famílias, o que pode ser tornar uma tarefa ainda mais difícil e consumidora de tempo durante períodos de seca. Isso pode limitar seu tempo para outras atividades, como educação, participação política, trabalho remunerado e cuidados com a família.
2. Segurança alimentar: agricultura de subsistência é uma prática comum na Caatinga e as mulheres desempenham um papel central nesta atividade. Falta de chuvas pode gerar escassez de alimentos, afetando diretamente a segurança alimentar da família. As mulheres usualmente assumem o encargo de assegurar que exista alimento suficiente para suas famílias durante os períodos de seca, o que pode aumentar sua carga de trabalho e estresse.
3. Saúde: a vulnerabilidade climática da Caatinga pode também impactar a saúde das mulheres. Escassez de água pode aumentar o risco de doenças transmitidas pela água, como diarreia e cólera. Adicionalmente, má nutrição e fome como resultado de escassez de água pode afetar a saúde de mulheres e suas famílias, especialmente durante a gravidez e amamentação.
4. Deslocamento e migração: face à escassez de recursos naturais, algumas comunidades na Caatinga podem enfrentar o deslocamento devido à falta de água e comida. As mulheres são, de modo frequente, particularmente vulneráveis durante esses deslocamentos, enfrentando riscos de violência de gênero, exploração e falta de acesso a serviços básicos.
5. Adaptação e resiliência: apesar dos desafios, as mulheres na Caatinga também demonstram uma capacidade notável de adaptação e resiliência frente às mudanças climáticas. Elas desenvolvem estratégias de sobrevivência, como a diversificação das atividades agrícolas, armazenamento de água e participação em programas de conservação de recursos naturais.
6. Valorização do conhecimento tradicional: o conhecimento tradicional das mulheres fornece melhorias à produção de alimentos e conservação, aumentando a fertilidade da terra através de plantios diversificados (agroflorestas), aproveitando ao máximo os espaços de cultivo, mantendo quintais produtivos, cultivando hortaliças e medicinais, criação animal, conhecimento sobre o ciclo da natureza e armazenamento de sementes para períodos de seca.

¹³ Fonte: documento do Projeto GEF Terrestre (uma iniciativa em execução do GEF-5 implementada pelo IDB/FUNBIO e coordenado pelo MMA/SBio, que apoia 37 UCs na Caatinga, incluindo 17 UCs Federais, 9 UC estaduais e 11 RPPNs)

7. Participação política: algumas mulheres já são capazes de formar grupos nas suas comunidades que trocam conhecimento, práticas, práticas agrícolas e organização sociopolítica. Entretanto, a existência de concepções misóginas em alguns grupos familiares, a partir de um legado patriarcal que acentua a desigualdade entre homens e mulheres, pode ser uma barreira para a ascensão e autonomia de outras mulheres. Por outro lado, aumentar a participação de mulheres em organizações políticas, como associações comunitárias e sindicatos trabalhistas, especialmente naqueles tradicionais como associações de pesca artesanal, é uma tendência significativa nos movimentos sociais no Brasil (Gohn, 2007; Goes & Cordeiro, 2018).
8. Confrontação de múltiplas violências de gênero: dados sobre violência de gênero continuam a ratificar o contexto de vulnerabilidades que mulheres e meninas vivem diariamente. Além da violência doméstica e familiar, violência de gênero política, estupro e outros tipos de violência, as mulheres vivem com a realidade do abuso sexual de menores. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2021) aponta que “a vasta maioria das vítimas de violência sexual são meninas – quase 80% do total. [...] um número muito alto de casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, com 13 anos sendo a idade mais frequente.” E, adicionalmente, “os dados revelam como os relacionamentos são constituídos, reforçando a posição secundária de crianças, mulheres e, para além desses dados, de todas as pessoas historicamente consideradas minorias sociais” (Oliveira, 2022, 112). Desta forma, em localidades com vulnerabilidades sociais acentuadas, o contexto do abuso sexual de menores e exploração sexual podem ser parte da rotina da vida de meninas e mulheres.

Para enfrentar esses desafios, é essencial desenvolver políticas, programas e abordagens que levem em consideração as necessidades específicas das mulheres na Caatinga, nos estágios iniciais e posteriores do Projeto ARCA. Isso inclui o fortalecimento da participação das mulheres nas decisões relacionadas à gestão e acesso a recursos naturais, encorajamento a esforços de base comunitária para melhorar o acesso a serviços básicos como água potável e serviços de saúde, construção de capacidades para melhorar o acesso e a participação nos processos de tomada de decisão por parte das entidades com governança de base comunitária, e apoio ao processo de empoderamento econômico, social e político das mulheres através de programas de construção de capacidades, bem como de confrontação a todos os tipos de violência. Além disso, é importante promover a participação liderada por mulheres no contexto do Resultado 3.1.2 do ARCA, com foco em propostas de grupos de PI-PCT formuladas por coletivos e associações de mulheres, ou com participação equitativa de gênero.

6.4. Mulheres e Gênero nas Áreas do Projeto ARCA e nas UCs: Dados de Linha de Base e Avaliação Inicial de Gênero

Avaliação Inicial de Gênero: Revisão Documental

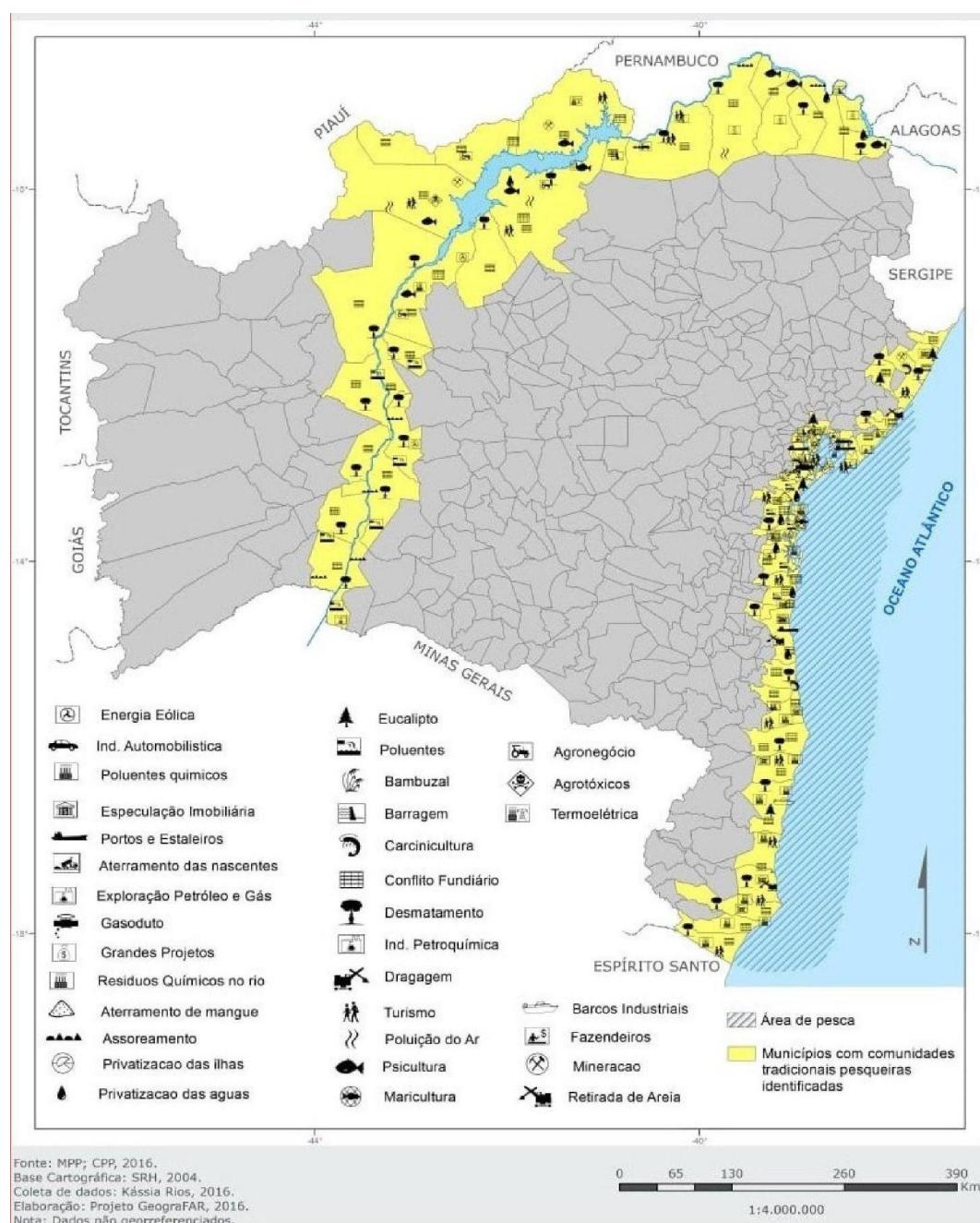
Ao longo das áreas de UCs e seu entorno, é possível afirmar que comunidades tradicionais e rurais locais – ou seja, PI-PCT – são as mais prováveis de serem impactadas por qualquer novo arranjo de delimitações e restrições fundiárias. Apesar do Projeto ARCA proibir expressamente qualquer reassentamento como um resultado de suas atividades, é seguro dizer que a região já mostra um alto nível de conflitos socioambientais sobre os quais o Projeto deve considerar.

Na Bahia, onde a maioria das UCs do ARCA estão localizadas, um número de dados disponíveis publicamente aponta para conflitos em andamento que impactam comunidades tradicionais, especialmente Quilombola, Fundo e Fecho de Pasto, e comunidades tradicionais de pescadores. Uma vez que essas comunidades – e os movimentos sociais dos quais eles fazem parte – são fortemente

representadas por mulheres (Alves, 2021), esses conflitos socioambientais geralmente afetam as mulheres, suas comunidades e as crianças que elas usualmente cuidam. Além disso, uma vez que a construção de capacidades para a conservação ambiental é um dos objetivos centrais do ARCA, é fundamental que quaisquer conflitos existentes sejam abordados por ações apropriadas do Projeto, a fim de evitar uma estrutura de conservação da natureza que seja incapaz de articular suas visões com realidades socioambientais pré-existentes.

O mapa a seguir (Rios, 2020) mostra os principais conflitos socioambientais conforme identificados por comunidades tradicionais de pescadores em 2016 (Figura 2).

Figura 2: Principais conflitos socioambientais conforme identificados por comunidades tradicionais de pescadores no estado da Bahia.



A principal área de interesse do Projeto ARCA, aquela em torno do lago Sobradinho (a grande porção de água no topo da figura), resume uma lista significante de conflitos:

1. Fazendas eólicas;
2. Poluição química;
3. Poluição do ar;
4. Assoreamento;
5. Privatização da água;
6. Represas;
7. Conflitos fundiários;
8. Desmatamento; e
9. Turismo, entre outros.

De acordo com o Registro de Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil¹⁴, o lago de Sobradinho tem uma maioria de mulheres como cessionários registrados – apesar desses registros não necessariamente incluírem dados para TP&LC. De qualquer forma, é sugestivo que a indústria de pesca possa representar um lugar importante para atividades de mulheres – especialmente quando associadas a outras atividades econômicas como quintais produtivos e outras (Rios, 2017).

A barragem de Sobradinho, em torno da qual cinco UCs estão localizadas, é o maior projeto de represamento estatal, com 4.380,79 km² de área alagada, representando 85% da área alagada total da Bahia. Até o ano de 2010, este cenário gerou um total de R\$53 milhões em compensações financeiras devido ao uso das terras alagadas dos municípios, sendo que Sento Sé, que possui 1.648,36 km² de área alagada, foi o que recebeu o maior valor, montante que representa 20% da receita municipal. (Oliveira et al. 2010). Da lista acima, é evidente como esses conflitos também afetam outros TP&LC, porque conflito fundiário, poluição do ar e outros desafios são obstáculos não apenas para a pesca artesanal, mas também para os criadores de animais tradicionais e agricultores familiares.

Mais uma vez, a participação significativa de mulheres nos correspondentes movimentos sociais pode significar um risco para essas mulheres, devido à sua ação política contra os supramencionados projetos de desenvolvimento. As mulheres também têm um papel importante no desenvolvimento da pesca artesanal, representando mais de 41% do total de pescadores registrados no Brasil (Rios, 2017¹⁵). Desta forma, conflitos socioambientais que afetam comunidades tradicionais de pescadores podem ser compreendidos como situações com um significativo componente de gênero que deve ser considerado.

Mesmo entre comunidades rurais da região da Caatinga, o protagonismo das mulheres tem sido cada vez mais enfatizado. “Mulheres rurais na região do semiárido têm liderado um processo crescente de auto organização e trabalho em rede, acessando políticas públicas e atividades que geram renda para as famílias, tais como produção de alimentos e feiras agroecológicas” (IRPAA, 2021). O mesmo pode ser dito sobre as mulheres de comunidades de Fundo e Fecho de Pasto (IRPAA, 2015), as quais são uma presença significativa no entorno de UCs. Assim, o plano de ações de gênero do Projeto deve contemplar a participação de diversos segmentos sociais diferentes, como a agricultura familiar (IRPAA, 2014), pois eles representam uma participação política efetiva das mulheres em todos os PI-PCT significativos com os quais os projetos do ARCA têm um interesse e conexão.

¹⁴ Disponível em: https://mapa-indicadores.agricultura.gov.br/publico/extensions/MPA_Aquicultura_em_Aguas_da_Uniao/MPA_Aquicultura_em_Aguas_da_Uniao.html

¹⁵ <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/tesekassiarios.pdf>

Existe também a histórica importância da participação de mulheres na própria definição de comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, nos idos do século 20. Por exemplo, no município de Canudos, norte da Bahia, foi uma organização de mulheres – junto com alguns grupos católicos engajados politicamente – que originalmente resistiu à implantação de um parque estadual que iria dominar seus territórios tradicionais (Alcântara & Germani, 2005; Alcântara et al. 2011). É fundamental que o Projeto ARCA e suas UCs articulem suas ações com essas várias organizações de TP&LC, tanto pela sua significativa representatividade no seu conjunto como pela especificidade desses espaços como locais para a participação de mulheres.

Em outras regiões de UCs, como no Piauí, Paraíba e Pernambuco, apesar de que PI-PCT parecem ser menos ativos – ou menos documentados – em relação àqueles no entorno do rio São Francisco, diversos conflitos existentes devem ser destacados. Por exemplo, em Itacuruba, em Pernambuco, nas proximidades da ESEC Serra da Canoa, um projeto de usina nuclear tem sido continuamente contestado por PI-PCT. Essa oposição vem especialmente de comunidades indígenas e quilombolas que vivem na região, através de suas organizações comunitárias – quase sempre lideradas por mulheres, conforme mostra a literatura (Silva, 2019).

Projetos de usinas de geração de energia, como a nuclear e a hidroelétrica, têm sido documentados como disruptores massivos de modos tradicionais de vida rural (Scott, 2009). Outro importante fator de estresse relacionado aos mencionados projetos de geração de energia é a atual expansão de usinas eólicas na Caatinga, como visto no mapa acima.

Assim como ocorre na implementação de outros projetos que resultam na agregação temporária de trabalhadores para a construção de usinas de energia – a maioria homens que vêm de diferentes lugares para trabalhar na construção civil da nova indústria – existe um risco relevante associado a gênero para ser considerado na região da Caatinga. Em função de sua estabilidade temporária e seu status social e econômico em pequenos municípios onde os projetos são desenvolvidos, muitos desses homens estabelecem relações afetivas e/ou sexuais com as mulheres locais – frequentemente meninas – as quais são abandonadas após a fase de implementação do projeto. Essa tendência foi observada em muitas regiões do semiárido com projetos de usinas de energia, ao ponto de que as eventuais crianças desses relacionamentos foram chamadas de “filhos dos ventos” (Hofstaetter, 2016). A Região Nordeste do Brasil é responsável por 90% da energia eólica gerada no país (Jornal da USP, 2023), sendo a Caatinga uma região muito importante.

6.5. Avaliação Inicial de Gênero: Revisão de Literatura

Através da análise de dados iniciais e revisão de literatura sobre as dimensões de gênero de comunidades de PI-PCT no bioma Caatinga e nas áreas do Projeto, em conjunto com outras pesquisas relevantes, uma compreensão mais aprofundada foi alcançada sobre o contexto no qual o Projeto ARPA deverá ser implementado. Essa compreensão foi subsidiada por estudos anteriores que exploraram as características únicas do bioma Caatinga e seus habitantes.

Como referência fundamental, Dawson et al (2021) examina a desconexão entre esforços de conservação e o bem-estar de PI-PCTs no Parque Nacional Catimbau, Brasil – uma UC que não está incluída no Projeto ARCA, mas que apresenta história e perfil de gestão similares e está localizada na mesma região da Caatinga. Nesse caso, medidas de conservação rigorosas usualmente desconsideram as conexões profundamente enraizadas entre PI-PCTs e seus ambientes, falhando na incorporação dos seus conhecimentos e práticas tradicionais dentro do processo de governança – uma tendência também observada em outras partes do mundo, como no Nepal e na Tanzânia (Hyle et al. 2019). A pesquisa ressalta a importância de reconhecer e integrar os valores relacionais de PI-PCTs, os quais englobam uma

profunda conexão com suas paisagens, em estratégias de conservação. Essa inclusão não apenas respeita seus modos de vida, mas também alavancam seus interesses e práticas inerentes em conservação, potencialmente reforçando a efetividade e a justiça da governança ambiental. Ao reconhecer uma recorrente e significante lacuna entre planejamento da política e sua implementação prática, com muitas iniciativas servindo mais como formalidades sem garantir poder ou influência real aos pretendidos beneficiários, esses estudos sugerem a necessidade de estratégias mais efetivas que não apenas ofereçam oportunidades de participação mas, também, ofereçam apoio a grupos em desvantagem para se tornarem atores importantes na tomada de decisão, alinhando-se assim com os princípios de governança responsável.

Apesar disto, deve ser ressaltado que diversas iniciativas diferentes em conservação parecem ter obtido sucesso em acomodar as necessidades institucionais na formulação de políticas junto às práticas e expectativas de PI-PCTs. A literatura mostra que, devido ao impacto das mudanças climáticas no Nordeste brasileiro, políticas públicas estão sendo propostas para enfrentar essa nova condição. A região, conhecida por suas condições climáticas extremas, abriga uma significativa população de produtores familiares que dependem fortemente da agricultura não irrigada, tornando-os particularmente vulneráveis à variabilidade climática. Alguns estudos enfatizam a importância da agroecologia e da agricultura familiar como estratégias para aumentar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas (Sabourin et al. 2022; Freitas et al. 2023), enquanto outros destacam a inadequação das políticas atuais de meio ambiente e de uso do solo em promover uma adaptação baseada em ecossistemas (ABE; cf. Niemeyer et al. 2022). No último artigo, os autores propõem uma nova política mista de adaptação baseada em ecossistemas (ABE) que integra agricultura sustentável, conservação de ecossistemas e tecnologias sociais, que são soluções de baixo custo e adaptadas localmente que podem aumentar significativamente a resiliência à variabilidade climática. A pesquisa destaca a lacuna entre políticas de expansão agrícola existentes e a necessidade premente por políticas que apoiem o uso sustentável da terra e adaptação climática. Os resultados ressaltam que, sem uma mudança na direção da política em direção à integração da biodiversidade e serviços ecossistêmicos, as vulnerabilidades socioecológicas da Caatinga irão provavelmente se agravar sob as mudanças climáticas. Os autores defendem políticas que não somente tratem das demandas imediatas da agricultura, mas também que priorizem a saúde ecológica a longo prazo e a resiliência comunitária, qualidades que o estudo anterior (Sabourin et al. 2022) identificou entre produtores tradicionais e familiares.

Sobre a distribuição de incentivos para a redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+) no Brasil, outros estudos destacam os papéis de diversos atores, como os povos indígenas, comunidades quilombolas e proprietários privados, enfatizando também a necessidade de repartição de benefícios igualitários para encorajar esforços de conservação (May et al 2016). Particularmente, a revisada Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (ENREDD+) se distancia de instrumentos econômicos como subsídios, se concentrando em um sistema doméstico para a distribuição de benefícios que considera a eficácia e eficiência de políticas existentes através de uma “matriz de impacto”.

No estado da Bahia, onde a maioria das UCs do Projeto ARPA estão localizadas, diversos PI-PCT também apresentam uma percepção sobre governança ambiental graças ao seu longo relacionamento com o meio ambiente. É o caso das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, as quais, em conjunto com indígenas, quilombolas e outros habitantes tradicionais da Caatinga, desenvolveram uma profunda dependência do bioma para sobreviver através de gerações. De acordo com Santos et al (2023), Fundo de Pasto são comunidades que empregam um sistema de uso da terra comunitário para sua produção agrossilvipastoril, o qual é intrinsecamente conectado com as condições ecológicas e climáticas da

Caatinga. Através de uma revisão de literatura integrativa, os autores analisam discursos acadêmicos sobre essas comunidades de Fundo de Pasto, com o foco nas práticas de manejo sustentável que foram desenvolvidas em resposta ao seu contexto socioambiental único. O estudo enfatiza as estratégias das comunidades para lidar com as condições semiáridas, como sua dependência na flora nativa para forrageamento animal e manufatura de artefatos. Ele destaca uma relação simbiótica através da qual a Caatinga se beneficia das práticas conservacionistas tradicionais que previnem a superexploração enquanto, ao mesmo tempo, fornece recursos essenciais para a sobrevivência da comunidade.

Outro estudo sobre o mesmo assunto (Barreto et al. 2020) ressalta o papel crítico de mulheres nas comunidades Fundo de Pasto da Bahia, onde elas manejam quintais produtivos que contribuem significantemente para a nutrição familiar, cuidados com saúde e conservação da biodiversidade local. Apesar da percepção social de que seu trabalho seja meramente suplementar ao trabalho dos homens, as atividades diárias das mulheres são indispensáveis e extensivas, estendendo-se tipicamente por 17 horas por dia, comparado às 11-12 horas dos homens. Essa carga de trabalho extensiva realça a disparidade na divisão do trabalho e seu reconhecimento dentro dessas comunidades. O estudo preconiza um maior reconhecimento da contribuição das mulheres para as economias rurais e seus papéis na sustentabilidade ambiental, sugerindo que um reconhecimento mais equitativo pode incrementar os esforços de conservação e melhorar o bem-estar das mulheres.

Conflitos pela terra e insegurança fundiária são dois dos principais desafios apresentados por PI-PCT no Brasil. De acordo com levantamento recente que registra e analisa a violência contra quilombolas em todo o país, com foco especial no período entre 2018 e 2022 (CONAQ, 2023), um aumento significativo de assassinatos foi revelado. Durante esse período, um total de 32 quilombolas foram assassinados, revelando uma média anual de 6,4 homicídios, em comparação com a média de 3,8 dos levantamentos anteriores cobrindo 2008-2017. A maioria desses assassinatos ocorreram no Nordeste, seguido pelas regiões Norte e Sudeste. A pesquisa aponta conflitos fundiários e feminicídios como os motivos primários, observando que homens são assassinados predominantemente com armas de fogo, enquanto um considerável aumento nos assassinatos de mulheres quilombolas envolve métodos mais pessoais e crueis, como armas brancas ou tortura. De modo alarmante, 69% desses assassinatos ocorreram em quilombos sem titulação de terra, enfatizando a necessidade urgente para titulação e outras políticas públicas para assegurar a segurança e os direitos dessas comunidades. A pesquisa salienta a necessidade de uma abordagem multifacetada para tratar dessas questões, incluindo mais acesso à educação e serviços de saúde, além de medidas específicas de combate à violência contra a mulher dentro dessas comunidades.

Estudando uma região diferente, Martins e Nishijima (2010) também avaliaram o impacto da degradação ambiental na qualidade de vida da comunidade Passo do Maia, em Formigueiro, Rio Grande do Sul, Brasil. A pesquisa trata o nexo crítico entre preservação ambiental e saúde comunitária, identificando a fraca gestão do lixo como uma questão ambiental importante dentro da comunidade. Através de entrevistas e levantamentos, o estudo destaca a disponibilidade da comunidade para adotar práticas sustentáveis, especialmente no manejo do lixo, para melhorar suas condições de vida e saúde no geral. A pesquisa aponta a necessidade de um programa abrangente de educação ambiental adaptado para as circunstâncias específicas da comunidade e sugere que o engajamento com a cultura local e as práticas tradicionais pode encorajar um gerenciamento mais sustentável ambientalmente. O artigo preconiza ação urgente para melhorar os sistemas de gestão de lixo, promover a produção orgânica e educar a comunidade sobre os benefícios da preservação ambiental como um meio de melhorar seu bem-estar geral.

Assim como na Região Sul, estudos realizados no Nordeste do Brasil também avaliam os desafios relacionados com acesso à saúde, geração de renda e condições ambientais. Estudando a qualidade de

vida de mulheres de uma comunidade quilombola em Santa Luzia do Norte, Alagoas, Santos et al. (2024) levantaram o perfil de 160 mulheres, enfatizando suas vulnerabilidades socioeconômicas. A participante mediana é uma mulher de 4 anos, casada e negra, com educação primária incompleta, sem renda própria e vivendo em uma habitação de alvenaria. Apesar de alcançar pontuação razoável nos domínios da condição física, psicológica e de relacionamento social, o domínio ambiental foi o que menos pontuou, refletindo o saneamento inadequado, a renda insuficiente e o acesso a serviços de saúde de baixo padrão. O estudo aponta a interseção de déficits socioeconômicos e saúde, sugerindo intervenções de saúde pública dirigidas a melhorar as condições de vida dentro em tais comunidades tradicionais.

A breve revisão de literatura apresentada acima aponta para uma complexa imagem da realidade das mulheres no bioma Caatinga, especialmente no contexto de PI-PCT. Para sintetizar essa pesquisa, esforços mais amplos para garantir igualdade e governança ambiental devem ser realizados de forma a permitir às mulheres participar ativamente em projetos como o ARCA e seus desenvolvimentos, conforme estabelecido no Resultado 3.

6.6. Avaliação de Gênero Preliminar: Consultas de Campo (4 Áreas do Projeto)

Durante as consultas iniciais com as comunidades próximas das quatro primeiras Unidades de conservação do Projeto, observamos que mulheres de catingueira têm assumido papel de liderança de forma crescente, tomando a linha de frente de movimentos sociais, mas que elas enfrentam vários desafios até que assumam suas posições de liderança. Esses dados parecem convergir com os de outras várias experiências nos movimentos comunitários e sociais no Brasil. Estudos apontam que mulheres frequentemente lideram os projetos e a agenda de base comunitária (Gohn, 2007). As próximas consultas podem usar essa compreensão para encorajar qualquer instância de participação de mulheres já existente nas comunidades locais.

Existem questões-chave que precisam ser consideradas dentro um contexto mais amplo onde existe a possibilidade de trazer a questão de gênero para as agendas das reuniões, de forma que as mulheres possam assumir integralmente seu papel de liderança em áreas rurais. Existe também a necessidade de envolver seus parceiros, crianças, pais e irmãos nesse processo.

Igualdade de gênero é um fator-chave. Apesar de encontrarmos mulheres à frente de grupos e associações, as mulheres enfrentam barreiras estruturais, institucionais e culturais para acessar educação, acessar terra e seus recursos, por exemplo. A promoção de igualdade significa desafiar estereótipos de gênero que diminuem e restringem o papel de mulheres na liderança.

Foi muito importante entender que na maioria das comunidades visitadas, mulheres se sobressaem em algumas posições de liderança, como no caso da horta comunitária no Assentamento Canaã, e a mulher que coordena o grupo de apoio a crianças e adolescentes em Brejo Quixaba. Entretanto, deve ser observado que pode existir uma linha muito tênue entre estar em uma posição de liderança e estar em posições que o homem não almeja e/ou locais que homens não gostariam de estar – e é importante pesquisar esses fatores detalhadamente. Duas características importantes que usualmente se tornam centrais para os papéis dessas mulheres: algumas mulheres frequentemente passam mais tempo em torno de seus espaços domésticos e comunitários (em Fundo e Fecho de Pasto, por exemplo, os homens usualmente permanecem fora de casa por semanas pastoreando o gado pelo território); e as mulheres usualmente possuem uma educação formal mais completa, ainda que por pequena margem, e sua educação mais avançada pode desempenhar um papel na sua participação em posições de liderança.

Nessas consultas iniciais, ouvimos sobre a necessidade de treinamento e construção de capacidades para grupos de mulheres em todas as comunidades. Investimentos em treinamento específico para mulheres variam desde a educação formal ao treinamento em áreas relevantes como gestão, empreendedorismo

rural e liderança. É necessário praticar a escuta e dedicar tempo para ouvir essas mulheres e suas histórias, para uma maior compreensão. Além disso, estudos adicionais, como revisão de literatura, podem trazer à luz fatores relacionados a algumas dessas observações.

Em discursos que não eram especificamente dirigidos a questões de gênero, apareceram cenários que apresentaram uma realidade além do ambiente rural onde estruturas institucionais e de governança são frequentemente dominadas por homens, o que pode significar, em muitos casos, portas fechadas para mulheres.

É essencial que a participação de mulheres na tomada de decisões em todos os níveis seja cada vez mais assegurada, de forma que suas vozes e argumentos sejam levados em consideração. O estabelecimento de redes de apoio para mulheres em áreas rurais significa que suas vozes não somente serão ouvidas, mas que serão consideradas e respeitadas.

7. RELAÇÕES DE GÊNERO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

É importante apresentar e definir conceitualmente como o termo gênero será tratado neste plano de ação, de uma maneira interseccional ao longo do plano de ação de gênero, porque o Projeto ARCA envolve uma população diversa (comunidades quilombolas, terreiros, ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, catingueiros, vazanteiros, veredeiros e Fundo e Fecho de Pasto, bem como sertanejos, vaqueiros e produtores rurais, entre outros) atravessada por eixos de opressão que se intersectam: fatores relativos a classismo e disparidade econômica se cruzam com discriminação racial e racismo institucional se cruza com discriminação de gênero e misoginia institucional interage com discriminação geracional, e mais. Atenção a esses fatores sociais e outras formas de discriminação é necessária, considerando que as experiências são únicas e que essa singularidade implica a construção de uma coletividade que atenda a vários interesses e necessidades da população.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de várias formas: discriminação combinada, cargas múltiplas ou com discriminação dupla ou tripla. A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (Crenshaw, 2002, 177).

Uma abordagem de gênero requer uma estratégia de integração de interesses, experiências e vidas de mulheres e homens (*cis* e *trans*), desde a implementação até o monitoramento e avaliação do Plano de Ações de Gênero do ARCA (PAG). O objetivo do PAG do ARCA é que todas as pessoas de todas as identidades de gênero, homens e mulheres e outros, se beneficiem dos resultados do Projeto ARCA. A meta, desta forma, é que todos, tanto homens quanto mulheres, se beneficiem dos resultados do Projeto, que incluem melhorar as condições do bioma Caatinga através do aumento da resiliência da biodiversidade e de melhorias nos modos de vida das comunidades, bem como de maior sensibilização para que se tornem guardiães de Unidades de conservação.

As ações propostas neste PAG terão como alvo primário a população feminina, considerando que o processo de empoderamento social, político e econômico de mulheres afeta toda a família, desta forma promovendo o desenvolvimento sustentável dos grupos sociais a quais essas mulheres pertencem.

8. O PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO DO ARCA (PERÍODO DO PROJETO: 2024-2028)

8.1. Indicadores Globais

Entre as Metas Globais para 2030 do Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF, 2024), as Metas 22 (Garantir a participação na tomada de decisões e o acesso à justiça e à informação relacionadas com a biodiversidade para todos) e 23 (Garantir a igualdade de gênero e uma abordagem responsável ao gênero para a ação em matéria de biodiversidade) apresentam os seguintes indicadores relativos a gênero:

8.1.1. Meta 22 do GBF:

A matriz de monitoramento do Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal identifica os seguintes indicadores para a Meta 22 “Garantir a participação na tomada de decisões e o acesso à justiça e à informação relacionadas com a biodiversidade para todos” (GBF, 2024):

Indicadores de Componente da Meta 22:

1. Proporção da população adulta total com direitos à posse da terra assegurados, (a) com documentação legalmente reconhecida, e (b) que percebem os seus direitos à terra assegurados, por sexo e tipo de posse.

Indicadores Complementares da Meta 22:

1. Porcentagem de posições em instituições nacionais e locais, incluindo (a) as legislaturas; (b) o serviço público; e (c) o judiciário, em comparação com as distribuições nacionais, por sexo, idade, pessoas com necessidades especiais e grupos populacionais.
2. Número de países com sistemas de rastreamento e publicidade de dotações de verbas para igualdade de gênero e empoderamento de mulheres.
3. Proporção da população rural total com a propriedade ou direitos de posse assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de terras agrícolas, por tipo de posse.
4. Número de países onde o quadro legal (incluindo direitos consuetudinários) garante direitos igualitários às mulheres para a propriedade e/ou controle da terra.
5. Número de unidades de conservação que completaram a avaliação local de governança e equidade.
6. Tendências no número de defensores de direitos humanos ambientais assassinados anualmente, desagregados por país e gênero; número de defensores de direitos humanos ambientais indígenas assassinados.
7. Posse da terra em territórios tradicionais de povos indígenas e comunidades locais por sexo e tipo de posse.
8. Proporção da população que acredita que a tomada de decisão é inclusiva e responsável, por sexo, idade, tipo de necessidades especiais e grupo populacional.

8.1.2. Meta 23 do GBF:

A matriz de monitoramento do Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal identifica os seguintes indicadores para a Meta 23 “Garantir a igualdade de gênero e uma abordagem responsável ao gênero para a ação em matéria de biodiversidade” (GBF, 2024):

Indicadores de Componente da Meta 23:

1. Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais.
2. Indicador da implementação nacional do plano de ações de gênero.
3. Proporção da população adulta total com direitos à posse da terra assegurados, (a) com documentação legalmente reconhecida, e (b) que percebem os seus direitos à terra assegurados, por sexo e tipo de posse.

Indicadores Complementares da Meta 23:

1. Porcentagem de posições em instituições nacionais e locais, incluindo (a) as legislaturas; (b) o serviço público; e (c) o judiciário, em comparação com as distribuições nacionais, por sexo, idade, pessoas com necessidades especiais e grupos populacionais.
2. Proporção da população agrícola total com a propriedade ou direitos de posse assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de terras agrícolas, por tipo de posse.
3. Número de países com sistemas de rastreamento e publicidade de dotações de verbas para igualdade de gênero e empoderamento de mulheres.
4. Número de unidades de conservação que completaram a avaliação local de governança e equidade.
5. Proporção da população que acredita que a tomada de decisão é inclusiva e responsiva, por sexo, idade, tipo de necessidades especiais e grupo populacional.
6. Número de países onde o quadro legal (incluindo direitos consuetudinários) garante direitos igualitários às mulheres para a propriedade e/ou controle da terra.

8.2. Compromisso Coletivo e Participação de Partes Interessadas

É importante ressaltar a necessidade de ampla coordenação e participação multilateral (universidades, agências e os setores privado e público) com o objetivo de promover um compromisso coletivo com as metas e as dimensões de gênero conectadas ao Projeto. Nesse sentido, o Plano de Ações de Gênero do ARCA apresentará possibilidades para ações de parceiros visando provocar um senso de corresponsabilidade e coparticipação na promoção da conservação da Caatinga, um bioma de importância global para a biodiversidade, através da expansão e aprimoramento da eficácia da gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Veja a seção 9.2 abaixo, sobre as partes interessadas específicas e métodos de engajamento com as mesmas. Veja também as Tabelas 6-14 sobre recomendações para que as partes interessadas liderem o progresso em direção aos objetivos dos eixos transversais do Plano de Ações de Gênero.

8.3. Projeto ARCA – Plano de Ações de Gênero: Ações, Mitigação de Riscos, Indicadores e Linha do Tempo por Componentes e Atividades do Projeto

8.3.1. Integrando Gênero no Projeto ARCA através do Plano de Ações de Gênero

As Tabelas 2 a 5 (abaixo) sintetizam as atividades, ações específicas de gênero, indicadores e partes responsáveis – relativos a cada componente do Projeto ARCA.

Em conformidade com as Políticas e Diretrizes de Gênero do GEF, WWF e FUNBIO, e à luz das Metas 22 e 23 do GBF, as dimensões de gênero serão respondidas, atendidas e integradas através do Projeto. Em termos de mobilização de participantes para o Projeto e incluindo a contratação de pesquisadores de campo e escritório e equipes de levantamento de biodiversidade para as atividades referentes aos resultados 1.1.1 e 1.1.2 (do Componente 1), a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) manterá o foco na participação significativa de mulheres nessas atividades do Projeto e em qualquer processo de contratação para a execução do Projeto.

Para o resultado 3.1.2, o qual envolve subvenções, o Projeto assegurará que uma consideração especial seja dada às dimensões de gênero nas chamadas de propostas, buscando uma participação relevante de mulheres em projetos subvencionados, incluindo em posições de liderança/tomada de decisão, e que uma parte significativa de projetos subvencionados seja liderado e executado por mulheres (veja indicadores nas Tabelas 2-5 e na Seção 10). Para a gestão do conhecimento, produção de documentos de conhecimento e disseminação de lições aprendidas, do Componente 4, significantes esforços serão concentrados na mensuração e disseminação de dados referentes às lições aprendidas com a perspectiva de gênero, relativas a aspectos de gênero dos processos e resultados do Projeto. Para o estágio de Monitoramento e Avaliação do Projeto, as dimensões de gênero serão monitoradas e relatadas.

Nota: Consultas adicionais em contextos específicos e em profundidade com partes interessadas e avaliações locais de governança e equidade de campo estão planejadas durante a Fase Inicial do Projeto, e no começo da fase de implementação do Projeto, durante as quais o PAG poderá ser refinado em detalhes para assegurar que as ações de gênero do PAG terão em consideração os diferentes contextos nos quais o Projeto está operando.

8.3.2. Avaliação de Risco, Prevenção e Mitigação: ESAA e VBG

Estimativas apontam que uma em cada três mulheres e meninas tiveram a experiência de VBG durante sua vida. Um estudo recente conduzido pela IUCN, em colaboração com a USAID como parte do Programa Incorporação de Gênero no Meio Ambiente, afirma que formas de VBG (variando de violência sexual, física e psicológica ao tráfico, assédio sexual, coerção sexual e em alguns casos estupro) podem ser associados a questões ambientais.

Uma vez que o Projeto ARCA se concentra na gestão efetiva de Unidades de conservação e das paisagens nas quais estão localizadas através de apoio para campanhas, patrulhamento e melhor manejo e restauração de paisagens por meio da restrição de acesso aos recursos naturais – as atividades do Projeto podem, potencialmente, dar origem a maior risco de VBG/ESAA onde funcionários e agentes públicos de fiscalização e controle, apoiados pelo Projeto, poderiam abusar do poder de suas posições para explorar sexualmente mulheres nas comunidades locais. O risco é intensificado se as mulheres estão coletando água ou outros recursos naturais em uma Área Protegida. Além disso, projetos como o ARCA, que promovem modos de vida alternativos, particularmente os que aumentam o empoderamento e tomada de decisão das mulheres, podem frequentemente levar a mudanças nas dinâmicas de poder dentro das comunidades e aumentar o risco de VBG/ESAA para aquelas mulheres empoderadas.

Para alcançar a conservação da biodiversidade, é vital promover a igualdade de gênero e fazer todo o esforço para assegurar que as atividades do Projeto respeitem a integridade e direitos humanos, bem como para mitigar qualquer risco que possa dar margem a desigualdades discriminatórias e exploratório de gênero. O ESASG do ARCA e a equipe do Projeto trabalharão para identificar quaisquer riscos potenciais de VBG/ESAA através da triagem de atividades propostas do Projeto, adotando os seguintes questionamentos:

- Existe o risco de que o Projeto poderia implicar em um fardo maior às mulheres ao restringir o uso, exploração e proteção de recursos naturais pelas mulheres em comparação com homens?
- Há o risco de que pessoas empregadas pelo Projeto, ou engajadas diretamente nele, possa se associar a violência de gênero (incluindo exploração sexual, abuso sexual e assédio sexual)?
- O Projeto aumenta o risco de VBG e/ou ESAA para mulheres e meninas, por exemplo através de mudanças nas práticas de uso de recursos?

- Algum treinamento obrigatório para qualquer indivíduo associado com o Projeto (incluindo funcionários do Projeto, funcionários públicos, gestores e outros funcionários de UCs, consultores, organizações parceiras e prestadores de serviço) trata de educação em torno de questões de gênero e prevenção de VBG/ESAA?

A identificação de riscos de VBG/ESAA para o Projeto ARCA será conduzida durante as consultas às comunidades e partes interessadas, em conjunto com a identificação de riscos potenciais e análise de impactos sobre grupos vulneráveis, saúde comunitária, segurança e proteção, condições de emprego e trabalho, questões sobre igualdade de gêneros e quaisquer outros riscos sociais e ambientais. Qualquer risco potencial de VBG/ESAA identificado será levado em consideração dentro do risco social geral do Projeto, o qual, por sua vez, é integrado dentro risco ambiental e social geral associado a esse Projeto (veja o documento referente às EGAS do Projeto ARCA para tabelas de possíveis riscos associados com o Projeto e etapas de mitigação).

Tabela 2: Plano de Ação de Gênero: Componente 1 do ARCA.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
Componente 1 - Criação e Aprimoramento da Efetividade de Gestão das UCs						
Resultado 1.1 – Criação de Novas UCs						
Resultado 1.1.1 Avaliações e consultas de revisão e obrigatoriamente participativas no campo sobre os temas de meio ambiente, socioeconomia e posse da terra para identificar novas UCs e expansão de UCs.	Atividades: (i) avaliação de áreas prioritárias, (ii) avaliação socioeconômica, (iii) avaliação ambiental, (iv) avaliação de titulação de terras, (v) mobilização e organização para as consultas públicas, incluindo a facilitação e logística da reunião, e (vi) avaliação de salvaguardas e desenvolvimento do plano de mitigação, conforme relevante, monitoramento de salvaguardas e implementação de salvaguardas, entre outras.	<p>Completar uma avaliação sensível a gênero nos sítios identificados potenciais para novas UC e/ou expansão de UC, para compreender dimensões de gênero dos sítios previamente ao Projeto.</p> <p>Engajar proativamente grupos e lideranças de mulheres, bem como mulheres que possam não se sentir confortável ou capazes de se envolver, para participar das consultas e</p>	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI.	<p>Meta: avaliações sensíveis a gênero concluídas.</p> <p>Meta: 100% da implementação e monitoramento de salvaguardas e planos de mitigação são sensíveis e transformativas a gênero.</p> <p>Meta: ao menos 50% de participação de mulheres e jovens nas consultas públicas.</p>	Ano 1	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 1.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
		<p>encontros.</p> <p>Conduzir avaliações participativas ambientais e sociais e avaliações de salvaguardas, proativamente incluindo mulheres.</p> <p>Mobilizar e organizar as consultas considerando as dimensões de gênero e inclusão, para assegurar a participação de mulheres, homens e jovens – e assegurar a inclusividade de vozes.</p> <p>Conduzir consultas públicas responsivas e inclusivas de gênero.</p>				
Resultado 1.1.2 Levantamentos de biodiversidade em áreas pouco	Atividades: por exemplo, (i) viagens de campo para levantamentos de		UGP		Anos 1 e 2	N/A

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
estudadas para mapear áreas prioritárias para a conservação para subsidiar a identificação de novas UCs, expansão de UCs e corredores potenciais.	biodiversidade, (ii) equipamentos de campo, e (iii) análises de laboratório, entre outras.					
Resultado 1.1.3 Documentação técnica submetida para a aprovação de novas UCs;	Atividades: (i) serviços legais e/ou editoriais para preparar a documentação e apresentações, (ii) organização de reuniões, e (ii) viagens, entre outras, além de apoio técnico para elaboração de documentos.		UGP		Anos 1 e 2	N/A
Resultado 1.2. Aprimoramento da Efetividade de Gestão das UCs Existentes						
Resultado 1.2.1 Implementação de atividades elegíveis para aprimorar a	Atividades: (i) Desenvolvimento e revisão de Planos de Manejo, (ii)	Completar a avaliação e levantamentos de gênero, meio	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas,	Indicador: avaliação sensível a gênero de campo concluídas para as UCs-alvo	Anos 1 e 2	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
gestão efetiva de UC em UCs-alvo	estabelecimento e funcionamento de Conselhos de UC (3 reuniões por ano por UC), (iii) sinalização e demarcação estratégica de UC, (iv) desenvolvimento e implantação de Planos de Proteção de UC, (v) atividades de vigilância, (vi) estruturação gerencial e operacional das UCs, (vii) aquisição de equipamentos, incluindo equipamento de manejo do fogo, (viii) construção de infraestrutura, (ix) estudos de titulação de terras, (x) Termo de Compromisso (UCs de uso restrito) e de Garantia de Uso (UCs de uso sustentável) assinados, (xi) ações	ambiente e socioeconomia (Anexo 1) para uma amostra selecionada de pessoas em CLP e MLP. Completar uma análise sensível a gênero para cada UC do Projeto. Treinamento em Gênero para os gestores de UC e membros de conselhos de UC, para todas as regiões das UCs do Projeto.	Consultores ESASG e EECPI.	Meta: 100% das consultas, encontros, oficinas e treinamentos são sensíveis a gênero. Meta: 100% da implementação e monitoramento de salvaguardas e planos de mitigação são sensíveis e transformativas a gênero. Meta: ao menos 50% da participação seja de mulheres e jovens nas consultas públicas. Indicador: avaliações pós-treinamento para gestores de UC e membros de conselho de UC indicam mudança significativa na conscientização sensível a gênero.		orçamento do Projeto para o Componente 1.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
	<p>emergenciais climáticas e ambientais, (xii)</p> <p>ações e treinamento em Manejo Integrado do Fogo, (xiii) implementação de medidas de salvaguarda das EGAS do Projeto, incluindo criação de ESMPs, PRMSs e PPITs, (xiv)</p> <p>monitoramento de salvaguardas e gênero, e (xv)</p> <p>construção de capacidades dos gestores de UC sobre salvaguardas e requerimentos de gênero, entre outras.</p>					

Tabela 3: Plano de Ação de Gênero: Componente 2 do ARCA.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
Componente 2 - Conservação de Espécies Ameaçadas						
Resultado 2.1 Aprimoramento na Implementação dos Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas						
Resultado 2.1.1 Criação de capacidade e apoio operacional para a implementação de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção nas UCs-alvo;	Atividades: serão conduzidas pelo ICMBio e seus Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação em colaboração com os gestores de UC e colaboração e supervisão do MMA/DCBio: (i) estimativas de densidade populacional, (ii) tendências de monitoramento de populações, (iii) implementação de programas educacionais, (iv) avaliação dos efeitos das mudanças climáticas sobre a	iii) Programas educacionais são desenvolvidos levando em consideração as dimensões de gênero e inclusão para assegurar que materiais de comunicação e educativos sejam acessíveis a mulheres, jovens e outros grupos marginalizados	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI.	Indicador: materiais educacionais desenvolvidos são sensíveis a gênero e inclusivos. Meta: 100% dos materiais educacionais desenvolvidos são sensíveis a gênero e inclusivos.	Anos 1, 2, e 3	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 2.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
	biodiversidade, (v) monitoramento do impacto do fogo sobre as tendências de população, e (vi) visitas de campo, entre outras. Ainda: avaliação e implementação de diretrizes de espécies ameaçadas planejadas nos PANs.					
Resultado 2.1.2 Monitoramento da implementação de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção	Atividades: serão conduzidas pelo ICMBio em colaboração e supervisão do MMA/DCBio: (i) mobilização e organização de reuniões, (ii) viagens, (iii) trabalhos de campo, (iv) aquisição de equipamentos de campo, entre outros, e (v) monitoramento da implementação de PANs.	N/A	UGP			N/A

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
Resultado 2.2. Combate à Caça e Tráfico Ileais de Vida Silvestre						
Resultado 2.2.1 Campanha de mídia e sensibilização do público para reduzir o engajamento em caça, pesca e tráfico ilegais.	Atividades: serão conduzidas pelo ICMBio em colaboração e supervisão do MMA/DCBio: (i) contratação e implementação de estudos e levantamentos, (ii) programas de cursos e treinamentos para desenvolvimento de oportunidades de renda, (iii) contratação e implementação de campanhas de mídia, (iv) desenvolvimento e implementação de programas de educação ambiental, (v) desenvolvimento e implementação de cursos sobre o combate ao comércio ilegal de espécies silvestres,	Todos os cursos e programas educacionais (Atividades ii, iv e v) são desenvolvidos e implementados levando em consideração as dimensões de gênero e inclusão, para assegurar que materiais de comunicação e educativos e que a participação nesses programas seja acessível a mulheres, jovens e outros grupos marginalizados.	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI	<p>Meta: 100% das atividades do Componente 2.2.1 do Projeto são responsivas a gênero</p> <p>Indicador: cursos e programas educacionais, seus materiais e de comunicação em mídia, bem como sua implementação, incluem as dimensões de gênero e inclusão.</p> <p>Meta: 100% dos cursos/programas são sensíveis a gênero e inclusão.</p> <p>Meta: ao menos 50% da participação de mulheres é encorajada nos cursos/programas.</p>	Anos 1-2	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 2.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
	entre outros. Ainda: (i) monitoramento de indicadores sociais e de biodiversidade; (ii) obtendo <i>feedback</i> da audiência-alvo.					
Resultado 2.2.2. Construção de capacidades governamentais para combater a caça, pesca e tráfico ilegal de espécies silvestres;	Atividades: serão conduzidas pelo ICMBio em colaboração e supervisão do MMA/DCBio: (i) serviços e consultorias para a produção de materiais de referência e treinamento, (ii) cursos sobre o combate ao comércio ilegal de espécies silvestres, (iii) viagens, e (iv) aquisição de equipamentos, entre outros.	Veja atividade relativa a cursos de treinamento no Resultado 2.2.1.	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI.	Veja atividade relativa a cursos de treinamento no Resultado 2.2.1.	Anos 1-2	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 2.

Tabela 4: Plano de Ação de Gênero: Componente 3 do ARCA.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
Componente 3 - Capacitação das Equipes das UCs e PI-PCT						
Resultado 3.1 Fortalecimento das Capacidades de PI-PCT e das Equipes das UCs para Melhor Governança, Gestão e Uso Sustentável dos Recursos Naturais						
Resultado 3.1.1. Construção de capacidades e treinamento ao governo e grupos de PI-PCT	Atividades: serão conduzidas pelo ICMBio e agências estaduais em colaboração com FUNBIO e MMA/DAP. Consultores podem ser engajados para responder a requisitos e tarefas específicos, caso necessário. O FUNBIO é responsável pelas atividades de aquisição: (i) contratação de consultores para realizar treinamento, (ii) reuniões e eventos, e (iii) viagens.	Projetos comunitários serão incentivados a incluir atividades específicas para mulheres e jovens. Uma metodologia multifocal é desenvolvida considerando as diferentes audiências nas áreas do Projeto, incluindo as dimensões de gênero e inclusão social. Promoção de acesso igualitário às sessões de construção de capacidades para mulheres, homens, jovens e grupos marginalizados.	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI.	Meta: 100% da metodologia de construção de capacidades é responsiva a gênero.	Anos 1-3	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 3.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
	Ainda: (i) desenvolver uma metodologia multifocal orientada a diferentes audiências, (ii) promover a participação de governo, sociedade civil e PI-PCT na construção de capacidades.					
Resultado 3.1.2 Chamada de propostas para subvenção a grupos de PI-PCT para custear apoio operacional e assistência técnica para fortalecer sua participação na governança da UC, manejo e uso de recursos naturais dentro de UCs (possivelmente incluindo Projetos como manejo do	Atividades: serão coordenadas pelo FUNBIO em estreita colaboração com o ICMBio, agências estaduais e MMA. Consultores podem ser engajados para responder a requisitos e tarefas específicos, caso necessário: (i) contratação de consultoria para dar suporte à preparação e implementação da	Projetos comunitários serão incentivados a incluir atividades específicas para mulheres e jovens. Uma abordagem sensível a gênero para o processo de subvenção e chamada de propostas, bem como do desenvolvimento de projeto, visando encorajar a participação de	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI	Indicador: número/porcentagem de organizações lideradas por mulheres que submeteram projetos em resposta às chamadas de propostas. Meta: A ser definido durante a fase de implementação de atividades do Projeto. Indicador: número de mulheres e pessoas de outros	Anos 1-3	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 3

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
fogo, remoção de espécies invasoras e empreendimentos de bioeconomia em fase inicial).	chamada de propostas, (ii) subvenções, (iii) visitas de campo, (iv) reuniões e eventos, e (v) viagens, e (vi) contratação de consultores em salvaguardas ambientais e gênero. (i) apoio técnico para PI-PCT, (ii) chamada de propostas, (iii) subvenções para financiar ações de grupos de PI-PCT em modos de vida baseados no uso sustentável de recursos naturais dentro ou no entorno de UCs-alvo, e outras formas de apoio operacional e assistência técnica para grupos de PI-PCT visando sua participação na governança da UC, manejo da UC e uso	associações lideradas por mulheres bem como a participação de mulheres e jovens. Desenvolvimento de critérios de propostas que incluem as dimensões de gênero e inclusão social, para assegurar acesso igualitário para mulheres (associações de mulheres) e homens às oportunidades de submissão para financiamento de projetos, quando viável. Fornecer apoio técnico ao desenvolvimento de projetos visando um conjunto equilibrado de beneficiários em termos de gênero, que seja relevante		grupos marginalizados que acessam papéis/posições de tomada de decisão na gestão de UC e em entidades de governança de desenvolvimento comunitário, como um resultado do apoio do Projeto. Meta: A ser definido durante a fase de implementação de atividades do Projeto.		

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
	dos recursos naturais dentro da UC.	para suas necessidades identificadas e sensível a gênero, conforme relevante. Fornecer apoio técnico e construção de capacidades para mulheres e outros grupos marginalizados para acessar papéis/posições de tomada de decisão no desenvolvimento comunitário, em estruturas de governança relacionadas à gestão da UC e de entidades no nível comunitário.				

Tabela 5: Plano de Ação de Gênero: Componente 4 do ARCA (incluindo Monitoramento e Avaliação).

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
Componente 4 - Comunicação e Gestão do Conhecimento						
Resultado 4.1 Comunicação e Gestão do Conhecimento do Projeto						
Resultado 4.1.1 Estratégia de comunicação desenvolvida e implementada	Atividades: (i) contratação de consultoria para desenvolvimento da estratégia, (ii) preparação e produção de materiais de comunicação (como posteres, brochuras, vídeos e websites), e (iii) implementação da página web do projeto, entre outros.	A estratégia de comunicação é desenvolvida e disseminada levando em consideração as dimensões de gênero e inclusão social, para assegurar que alcance todas as audiências-alvo de forma apropriada.	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI, MMA/SBio	Indicador: A estratégia de comunicação do Projeto é sensível a gênero e inclusiva. Meta: 100% da estratégia de comunicação considera a dimensão de gênero.	Anos 1-4	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 4.
Resultado 4.1.2 Lições do Projeto capturadas e disseminadas	Atividades: (i) viagens, (ii) desenvolvimento de materiais, tais como manuais de boas práticas, oficinas, estudos de caso, relatórios técnicos,	Captura e disseminação de boas práticas e lições aprendidas a partir de uma perspectiva de gênero	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI, MMA/SBio.	Indicador: boas práticas e lições aprendidas específicas de gênero e inclusão social são capturadas e disseminadas Meta: ao menos	Ano 4	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para o Componente 4.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
	brochuras, vídeos/tutoriais.			uma boa prática e uma lição são registradas em ao menos 4 UCs ao longo do ciclo do Projeto.		
Monitoramento e Avaliação						
Resultado: Monitoramento e Avaliação Eficazes do Projeto						
Monitoramento do Projeto	Atividades: conduzidas pela unidade de gestão do Projeto na FUNBIO em estreita colaboração com MMA, ICMBio, estados e as UCs – plano de trabalho e orçamento anual; relatório anual sobre os indicadores a nível de objetivos e resultados no Projeto e matriz de resultados; monitoramento e tratamento de riscos; relatório	Monitoramento de dimensões de gênero, em relação à linha de base e ao progresso alcançado na implementação do PAG, é feito regularmente e relatado nos relatórios semianuais e anuais.	UGP e Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas, Consultores ESASG e EECPI.	Conforme definido no Plano de M&A.	Ano 4	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para M&A.

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
	<p>anual de progresso em relação às metas dos indicadores; análise de dados dos indicadores para avaliar a efetividade das estratégias do Projeto; preenchimento anual do SAMGe pelas UCs para monitorar o progresso em relação aos indicadores nacionais; FUNBIO, em coordenação com MMA/SBio, submeterá Relatórios de Progresso do Projeto bianual e anual em relação ao plano de trabalho, orçamento e matriz de resultados do Projeto, e relatório sobre as conquistas do PAG e SEP.</p>					

Resultado	Atividades do Projeto	Ações específicas de gênero	Responsável	Indicadores e metas	Linha do tempo	Orçamento
Avaliações independentes de meio termo e final	Relatórios de meio termo e final sobre os indicadores a nível de objetivos e resultados no Projeto e matriz de resultado; análise METT de meio termo e final; FUNBIO, em coordenação com MMA/SBio, desenvolverá um Relatório de Encerramento do Projeto; um relatório externo independente de avaliação de meio termo e final será contratado pelo GEF-WWF.	Dimensões de gênero são monitoradas, avaliadas e relatadas, em relação aos indicadores e objetivos, nas avaliações de meio termo e final.	UGP		Anos 2 e 4	Atividades de dimensão de gênero são integradas e cobertas pelo orçamento do Projeto para M&A

9. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES DE GÊNERO

9.1. Avaliação de Gênero

Durante a Fase Inicial do Projeto (9-12 meses), pesquisas adicionais sobre as dimensões de gênero serão realizadas como parte da Avaliação de Gênero do Projeto. A Avaliação de Gênero terá o foco em identificar e descrever: diferenças de gênero para as Atividades do Projeto e Componentes do Projeto, pontos de acesso e lacunas relevantes para os Componentes do Projeto e Atividades do Projeto, bem como riscos relativos a gênero possivelmente associados às Atividades do Projeto.

Análise de informações adicionais e novas consultas com organizações e agências interessadas, e informação obtida a partir de consultas com partes sensíveis a gênero interessadas, fornecerão dados diretamente relacionados com os objetivos do Projeto, para ajudar a Avaliação de Gênero durante a Fase Inicial do Projeto.

9.2. Abordagem Metodológica para Pesquisa de Base Comunitária e Consultas para a Implementação do Projeto ARCA e o Plano de Ações de Gênero

9.2.1. Metodologia para Trabalhos de Campo para Análise de Gênero, Avaliação de Gênero e Plano de Ações de Gênero: Introdução

As atividades a serem executadas com as diferentes comunidades da Caatinga devem se basear em metodologia diversificada, englobando tanto trabalhos de escritório como de campo, para melhor compreender a diversidade social e cultural das comunidades consideradas, e para avaliar as dimensões de gênero nos grupos de PI-PCT do Projeto. Entre os diferentes métodos que podem ser utilizados, dados sociodemográficos e revisão qualificada de literatura podem ser vistos como meios preferenciais para adquirir uma compreensão durante os trabalhos de escritório e na preparação para o retorno ao trabalho de campo. Sobre este último, métodos sugeridos são cartografia social, grupos focais, entrevistas não estruturadas e semiestruturadas e outras interações orientadas por um procedimento etnográfico e qualitativo.

Essa seção fornece mais detalhes metodológicos, a seguir. É importante, indiferente a qualquer método escolhido ou viável, compreender a rica variedade de PI-PCT que vivem na região do Projeto, a fim de estabelecer o melhor contato com eles e suas associações representativas, sempre que possível. Especialmente nas áreas de Caatinga que esse projeto é desenhado para ser implementado, uma variedade de comunidades tradicionais será envolvida. No Brasil, comunidades tradicionais, junto aos povos indígenas, englobam um conjunto de quase trinta segmentos sociais diferentes para os quais o consentimento livre, prévio e informado é garantido pela Convenção nº 169 da OIT. As diversificadas características da Unidades de conservação aqui consideradas, seja de proteção restrita ou de uso sustentável, podem indicar que diferentes engajamentos também se aplicam. Nesse sentido, comunidades tradicionais podem representar importantes partes interessadas ainda que vivam de alguma maneira distantes das UCs, como é o caso do uso extensivo da terra adotado pelos criadores de gado de comunidades Fundo e Fecho de Pasto, ou na extensão da superfície de água usada por pescadores tradicionais.

A fim de apoiar consultas e trabalhos de campo mais detalhados, abaixo estão listadas algumas das principais representações do segmento social das comunidades tradicionais. Sendo organizações autônomas que visam consolidar a participação social dessas comunidades tradicionais, elas podem representar uma significativa ajuda institucional e social para alcançar as comunidades locais. Algumas delas, como a APOINME e CONAQ, possuem um departamento de gênero para promover a participação

de mulheres, e podem fornecer subsídios relevantes para a documentação do PAG do ARCA. É recomendado, entretanto, que um levantamento ainda mais detalhado seja desenvolvido durante os trabalhos de campo, para complementar essa lista inicial:

- Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco — CBHSF
 - CCR Médio São Francisco
 - Telefone: + 55 31 975247053
 - ccrmedio@cbhsaofrancisco.org.br
 - CCR Submédio São Francisco
 - Telefone: +55 31 982385939
 - ccrsubmedio@cbhsaofrancisco.org.br
 - Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais
 - Coordenador: Manoel Uilton dos Santos (membro indígena do povo Tuxá)
 - Telefone: +55 75 88365345
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais de Quilombolas — CONAQ
 - Conselho Estadual das Comunidades e Associações Quilombolas do Estado da Bahia – CEAQ/BA
 - Telefone: +55 77 999910766
 - E-mail: ceaqquilombolas@gmail.com
 - Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco
 - Telefone: +55 87 981457742
 - E-mail: antoniocrioulo1@gmail.com
 - Coordenação Estadual das Comunidades Negras Quilombolas da Paraíba – CENEQ
 - Telefone: +55 83 999776787
 - E-mail: geilsamituacu@hotmail.com
 - Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí
 - Telefone: +55 89 994061458; +55 89 994013923
 - E-mail: cecoqpiacu@gmail.com
- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo — APOINME
 - Telefone: +55 27 996083967; +55 87 81048849
 - E-mail: secretaria@apoinme.org; apoinmebra@gmail.com

Uma das partes interessadas identificadas pelo Projeto SEP, particularmente relevante para as dimensões de gênero e Análises de Gênero do Projeto, é a Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga, ou “Central da Caatinga¹⁶”, a qual trabalha junto a muitas cooperativas agrícolas ativas na Caatinga, notoriamente envolvendo mulheres na governança e na conservação da biodiversidade nas suas atividades. A Central da Caatinga, formalmente estabelecida em 2016, representa uma rede de cooperativas e grupos informais dedicados à comercialização e processamento de produtos vegetais e animais derivados da extração sustentável no bioma Caatinga. Seu objetivo primário é facilitar o

¹⁶ <http://centraldacaatinga.com.br/>

marketing da produção de cooperativas e grupos informais, desta forma fortalecendo a presença da agricultura familiar em vários mercados e assegurando renda para as famílias envolvidas. Além disso, seu papel na promoção da igualdade de gênero e na participação econômica das mulheres significa que eles poderiam desempenhar um papel integral no Projeto ARCA.

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)¹⁷ é uma rede que defende, propaga e implementa, incluindo através de políticas públicas, o projeto político de coexistência com as condições semiáridas. A ASA é uma rede de mais de três mil organizações da sociedade civil, incluindo sindicatos rurais, associações de agricultores, cooperativas de mulheres, ONGs, Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) e Organizações Sociais (OS), entre outras. Essa rede da ASA conecta pessoas organizadas em entidades que operam em toda a região semiárida, e que defendem os direitos de pessoas e comunidades na região. As entidades que participam da ASA são organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que formam a Região Semiárida do Brasil (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, IP e MA)¹⁸. A ASA envolve muitas organizações que são partes interessadas no Projeto, e seria uma rede-chave para ser consultada sobre as dimensões de gênero e questões relacionadas aos direitos das mulheres na região da Caatinga.

Métodos Qualitativos

A seguir são descritos três dos métodos sugeridos para conduzir pesquisa qualitativa junto às comunidades a serem consultadas. São eles: 1) cartografia social, 2) grupos focais e 3) entrevistas, sejam elas não estruturadas, semiestruturadas ou estruturadas.

1. Cartografia social: esse método comprehende encontros dialógicos usados amplamente em estudos com “comunidades tradicionais sobre os aspectos sociais que são de interesse dessas comunidades” (Costa et al., 2016, pg. 75). A cartografia social consiste em processos de representação a partir de uma perspectiva interacionista, processos esses que demonstram a construção e transformação de um plano de ação, o qual é constante e contínuo. Através da interação com os grupos, as demandas apresentadas serão construídas através dessas interações, e essas interações devem ser representadas com sensibilidade e consciência para consolidar a autonomia das pessoas na resolução das principais necessidades do grupo.

A cartografia social permite o intercâmbio de experiências, tomando o conhecimento local como um direcionador para a implementação de ações necessárias à transformação da realidade dos grupos envolvidos, em termos de gênero. De acordo com Oliveira (2022):

O mapeamento permite a percepção de várias dimensões (políticas, sociais, econômicas, pessoais, grupais etc.) interagindo em constante movimento como uma rede formada por uma série de elementos: discursos, instituições, normas, conceitos científicos que fundamentam ideias e comportamentos, proposições morais, o “dito e o não dito” representado pelos silêncios – o espaço vazio. Um conjunto de coisas que são apresentadas nas dinâmicas dialógicas da sala de aula e que é capaz de provocar encontros que dão origem a novos meios de perceber a vida, as pessoas e as coisas do mundo. (Oliveira, 2022, pg. 46)

Formas e instrumentos utilizados para complementar as cartografias são: encontros com vários parceiros; reuniões de treinamento; oficinas de sensibilização; registro fotográficos e escritos; a implementação de feiras comunitárias; e observações.

¹⁷ http://www.asabrasil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod_menu=1614

¹⁸ Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação <https://www.unccd.int/resources/knowledge-sharing-system/brazilian-semi-arid-articulation>

2. Grupos Focais: grupos focais são uma técnica de pesquisa que reúne um pequeno grupo de pessoas para responder questões em um processo com moderação. O grupo é escolhido em função de características demográficas predefinidas, e as questões são elaboradas para esclarecer um tópico de interesse. Observações da dinâmica de grupo e suas respostas às questões feitas ao grupo de focal, entre outras observações, podem orientar pesquisas complementares e o desenvolvimento de ações previamente planejadas, como a implementação de projetos ou preparação de construção de capacidades.

Grupos focais podem fornecer opiniões mais sutis e naturais do que entrevistas individuais, e são mais fáceis de organizar do que experimentos ou levantamentos em larga escala. Sua configuração de intensa discussão é muito útil para confirmar ou refutar crenças preexistentes. Por essa razão, eles são ótimos para conduzir pesquisa exploratória, quando a informação disponível é limitada e você explora porque alguma coisa ocorre (Guedes et al. 2009).

No contexto de comunidades tradicionais, grupos focais podem ser usados para obter opiniões sobre comportamentos, experiências, crenças e atitudes de um grupo cultural específico (Agar e MacDonald, 1995). Grupos focais podem fornecer uma plataforma para interação e discussão em grupos, o que pode revelar normas culturais, valores e experiências compartilhadas.

3. Entrevistas: tanto na pesquisa quantitativa quanto na qualitativa, as entrevistas são usadas como uma técnica onde o pesquisador faz perguntas para coletar dados (Briggs, 2000). Entrevistas envolvem duas ou mais pessoas, uma das quais é o entrevistador fazendo as perguntas. Especialmente na pesquisa qualitativa, as entrevistas podem ser categorizadas em diferentes tipos com base no seu nível de estrutura (Nathan et al. 2019). Duas destas categorias são as entrevistas não estruturadas e semiestruturadas.

Entrevistas não estruturadas, também conhecidas como entrevistas não diretrizes, não possuem uma configuração padrão e as perguntas não são arranjadas previamente (Sanchez, 2014). Entrevistas não estruturadas são largamente utilizadas em contextos etnográficos, onde um contato de longo termo com os sujeitos é viável. Elas são frequentemente qualitativas por natureza e podem ser muito úteis para ciências sociais ou pesquisa em humanidades com o foco nas experiências pessoais. As entrevistas não estruturadas permitem aos pesquisadores manter o foco na conversa do respondente sobre um particular tópico de interesse, o que pode permitir aos pesquisadores a oportunidade de testar sua compreensão preliminar, ao mesmo tempo em que favorece ampla oportunidade para que novos meios de percepção e compreensão possam ser desenvolvidos. Elas são conhecidas por serem muito informais e flexíveis, e podem oferecer em retorno respostas cativantes dos participantes.

Por outro lado, entrevistas semiestruturadas são uma mistura de tipos estruturados e não estruturados de entrevistas. De modo diferente da entrevista não estruturada, o entrevistador tem uma ideia de quais questões ele perguntará, porém, diferentemente da entrevista estruturada, a formulação e ordem das questões que serão perguntadas não são configuradas (Magaldi & Berler, 2020). As entrevistas semiestruturadas são frequentemente com perguntas abertas, permitindo flexibilidade. Enquanto perguntar questões formuladas previamente em uma ordem predefinida permite uma comparação fácil entre respondentes, possuir menos estrutura pode ajudar o pesquisador a verificar padrões, enquanto ainda permite comparações entre respondentes em um modo mais interpretativo.

Entrevistas estruturadas envolvem uma série específica de questões configuradas em determinada ordem, sem variação das perguntas planejadas, ao mesmo tempo em que se controla quantas outras variáveis forem possíveis (Bernard, 2017). Entrevistas estruturadas podem ser usadas para coletar tanto dados qualitativos como quantitativos. Para o propósito deste Projeto, levantamentos socioeconômicos e entrevistas estruturadas podem ser utilizadas para coletar dados de linha de base e indicadores

qualitativos e quantitativos relativos a gênero sobre as áreas-alvo do Projeto e grupos de PI-PCT dentro e no entorno de Unidades de conservação.

Métodos Quantitativos

Entrevistas estruturadas utilizadas para pesquisa e coletar dados quantitativos podem ser aplicadas por um entrevistador ou auto aplicadas. Levantamentos socioeconômicos serão usados em algumas áreas do Projeto, para coletar dados de linha de base para as regiões do Projeto ARCA e UCs durante a Fase Inicial do Projeto (os primeiros 9-12 meses), bem como na Fase de Monitoramento e Avaliação, para a Avaliação dos Indicadores-Chave.

Métodos quantitativos utilizados para implementar o Plano de Ações de Gênero também incluirão pesquisas e análises utilizando dados de fontes públicas, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e organização locais e regionais interessadas (como APOINME, CONAQ e ASA).

9.3. Implementação do Plano de Ações de Gênero do ARCA: Diretrizes para Grupos Focais e Entrevistas

9.3.1. Diretrizes para a Aplicação de Métodos para a Implantação do Plano de Ações de Gênero do ARCA

Levantamentos Socioeconômicos: levantamentos estruturados com questões referentes a aspectos de gênero serão tanto auto aplicados (quando apropriado) como aplicados pelo entrevistador e, em alguns casos, podem ser administrados em formato de grupos. Organizações parceiras e outros grupos de partes interessadas, como conselhos e gestores de UCs, podem se envolver na aplicação desses levantamentos, após teste de campo e treinamento. Veja o Anexo 1 sobre levantamentos responsivos a gênero e socioeconômicos iniciais. Esse levantamento deve ser desenvolvido após as consultas iniciais terem sido concluídas em todas as nove regiões das UCs, sendo que informação qualitativa da linha de base pode ser usada para subsidiar o desenvolvimento desse levantamento. Testes de campo e modificações nesse levantamento serão feitos em colaboração com comunidades selecionadas, após o que uma abordagem metodológica será desenvolvida em consulta às partes interessadas definindo onde e quando e para quem aplicar esses levantamentos estruturados.

Grupos Focais: reunião de diferentes grupos de pessoas (em torno de 10-20) de PI-PCT vivendo dentro e no entorno de áreas de UCs. Esses grupos precisam representar segmentos sociais diferentes dentro das realidades locais das comunidades, como gênero e geração, alcançando indivíduos com experiências contrastantes de trabalho e participação política nas suas comunidades. Por exemplo, esses grupos devem agrupar indivíduos de 15 anos de idade até idosos, indiferente ao seu gênero, que trabalham como cuidadores domésticos, criadores de gado, pescadores, comerciantes e assim por diante. Ainda, devem agrupar indivíduos com e sem papéis de representação política nas suas comunidades, para melhor comparar suas compreensões sobre questões coletivas e socioambientais.

É importante observar que grupos grandes, quando reunindo indivíduos com representação e sem representação política, podem, algumas vezes, proporcionar uma situação com discussões não equilibradas. Em tais situações, os facilitadores devem encorajar a participação de todos os indivíduos na discussão.

O objetivo desse método é tratar de questões gerais de PI-PCT e de preocupações relativas a seu ambiente e a realidade histórica que eles experimentam como coletividades. Assim, após a rodada de apresentação, pode ser útil propor aos grupos algumas questões sobre experiências compartilhadas que eles podem ter entre eles, tais como:

- 1) Condição social e ambiental de suas comunidades na Caatinga;

- 2) A relação – se existir – que a comunidade mantém com áreas superpostas a alguma UC vizinha;
- 3) Atividades produtivas como o trabalho com a terra, pecuária e extrativismo (tanto de flora como de fauna) nas suas regiões – buscando maior compreensão sobre suas dependências históricas das áreas que as UCs podem afetar;
- 4) Atividades domésticas e sua dependência do meio ambiente – novamente, enfatizando as necessidades quanto ao extrativismo, tais como a coleta de lenha e de plantas uteis, mas também à produção mais doméstica, como quintais produtivos, criação de pequenos animais e assim por diante, permitindo comparar com as áreas das UCs e suas possíveis superposições;
- 5) Experiencias históricas de violência, racismo, sexismo e outras formas de preconceito que possam afetá-los enquanto PI-PCT e também como indivíduos. Aqui será novamente importante salientar experiências de violência, racismo e sexismo institucional, tais como ocasiões anteriores quando as comunidades possam ter sido ignoradas ou desrespeitadas pelo Estado ou por projetos privados que os afetaram ou ao seu meio ambiente.

As sugestões aqui apresentadas se identificam com as diretrizes para as entrevistas relacionadas a gênero e cartografia social, porém não devem ser confundidas com elas. Se os facilitadores observam que diferentes experiencias estão sendo ditas durante um grupo focal – com um viés relativo a gênero – eles são encorajados a deixar a dinâmica fluir e, também, a tomar notas que identifiquem claramente os conteúdos e que permitam uma boa organização da informação após a consulta.

Entrevistas semiestruturadas: de forma diferente dos grupos focais, esse método visa uma interação face a face com respondentes significativos de PI-PCT, significância essa que será identificada durante as consultas gerais e coletivas. Desta forma, essas entrevistas podem ser realizadas com indivíduos cujas histórias de vida, status de ação, conhecimento do meio ambiente, conhecimento da realidade comunitária e papéis políticos fazem deles bons representantes para sintetizar assuntos relacionados à comunidade.

Ainda de forma diferente dos grupos focais, com suas respostas generalizadas de múltiplas vozes às perguntas-guia, a entrevista semiestruturada deve ser desenhada para responder a questões mais específicas relacionadas com a comunidade. Como uma forma de introduzir a interação, os entrevistadores devem primeiro perguntar algumas questões relativas ao entrevistado como um indivíduo, tais como sobre sua história de vida, a biografia dos seus pais e ancestrais, e sobre o tempo decorrido em que ele e seus predecessores têm vivido na comunidade e seu território.

Tendo concluído esta primeira abordagem, os entrevistadores são encorajados a perguntar sobre a história da comunidade e seus territórios, as mudanças – pequenas ou significativas – que a comunidade e territórios possam ter sofrido durante o tempo de vida do entrevistado, bem como sobre qualquer conflito ou sofrimento relativo ao meio ambiente que eles possam lembrar. Entre essas últimas situações pode estar qualquer forma de preconceito experimentado por eles como comunidade durante, por exemplo, a implementação de UCs no passado, construção de represas, licenciamento ambiental para novos empreendimentos de qualquer natureza – abertura de estradas e construção de usinas eólicas ou de outras fontes de energia etc. – e assim por diante. No contexto de PI-PCT é comum que preconceito e racismo institucional venha na forma de desconsideração a eles durante estudos prévios associados a esse tipo de empreendimento, como grandes projetos de desenvolvimento.

Finalmente, os entrevistados devem ser encorajados a responder como eles vêm suas próprias vidas e suas comunidades em relação às UCs vizinhas. Esse processo de conservação do meio ambiente e da natureza é significante para eles de alguma maneira? Eles mantêm boas relações com a equipe da UC? Foram consultados sobre questões relativas ao uso da terra? Os modos de vida tradicionais na área,

durante o tempo de vida do entrevistado, foram afetados por proibições ou outras decisões da gestão das UCs?

Entrevistas não estruturadas: de modo sucinto, essas entrevistas são as mais naturais, por assim dizer, interações face a face. Elas devem ser vistas como um complemento para as entrevistas semiestruturadas, especialmente voltadas a indivíduos que os entrevistadores podem identificar como respondentes excelentes, tanto por seu rápido entendimento das questões e das necessidades do entrevistador, quanto por seu conhecimento da realidade da comunidade. Ainda, indivíduos significativos – como aqueles com papel político importante dentro do grupo – podem ser vistos como bons sujeitos para esse método. É importante, entretanto, que os entrevistadores também busquem entrevistar indivíduos que sejam menos expressivos e que possam responder sem uma compreensão imediata, no interesse da inclusão de vozes e pessoas que podem não se sentir confortáveis ou experientes em um contexto de entrevista.

Durante as entrevistas não estruturadas, os entrevistadores podem fazer perguntas mais genéricas e preliminares, tentando construir relações experimentais entre tópicos não necessariamente visíveis. Por exemplo, podem ser feitas perguntas aos entrevistados sobre seus sentimentos em relação a quaisquer diferenças percebidas na comunidade antes e depois de algum evento significativo; pode-se pedir ao entrevistado para imaginar um futuro melhor para suas crianças e sua comunidade em relação à proteção ambiental e qual sua participação nisso – o que pode ser correlacionado com políticas públicas, melhorias nas UCs e/ou construção de capacidades.

Essas entrevistas são, também, a melhor ocasião para investigar em detalhes questões que possam ter sido levantadas durante os grupos focais ou entrevistas semiestruturadas, de forma a obter uma compreensão mais sutil e circunstanciada da significância dessas questões dentro da visão de mundo das comunidades.

Cartografia Social: o mapeamento social busca capturar os relacionamentos das comunidades, através do viés de gênero, traçando as inferências desses relacionamentos na vida cotidiana das pessoas. A Cartografia Social permite aos grupos encontrar, com base nas suas experiências compartilhadas, alternativas para mitigar relacionamentos desiguais.

Algumas categorias analíticas são decisivas para a análise de gênero nas áreas a serem estudadas: as condições políticas e de trabalho das mulheres, responsabilidades com os cuidados familiares, autonomia econômica e várias formas de violência.

Primeiro Passo para o Exercício de Mapeamento Social: apresente uma categoria analítica e deixe os discursos fluírem livremente. Quando a discussão está saturada (tendência à repetição), mude para uma outra categoria. É essencial observar e tomar notas do que é dito (discursos e expressões). Atenção especial deve ser dada para as situações apresentadas e as possibilidades de soluções indicadas pela própria comunidade. Levando em consideração o andamento do Projeto, é válido perguntar: “o que podemos fazer para minimizar quaisquer possíveis impactos adversos do Projeto e o que podemos fazer para maximizar benefícios positivos?”

Primeira Categoria Analítica: Condição da Mulher na Caatinga

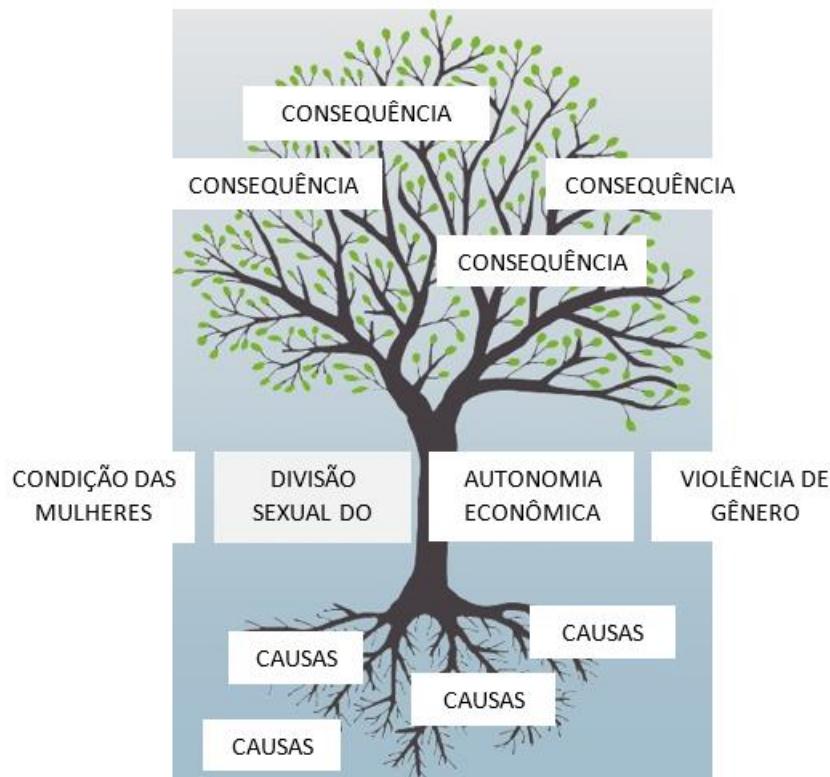
Segunda Categoria Analítica: Responsabilidades com os Cuidados Familiares

Terceira Categoria Analítica: Autonomia Econômica das Mulheres

Quarta Categoria Analítica: Experiências com Várias Formas de Violência

Para coletar informação sobre a causa-raiz, as consequências e as conexões entre categorias analíticas, a dinâmica da árvore do problema pode ser utilizada (Figura 3).

Figura 3: Diagrama da Árvore de Problemas



9.4. Roteiro para Avaliação das Dimensões de Gênero em Encontros Iniciais Comunitários e dos Grupos Focais sobre Gênero

Reuniões com foco em gênero serão iniciadas dando-se destaque à importância da representação feminina e à necessidade de ter mulheres em todos os espaços, seja em posição de liderança comunitária, negócios, partidos políticos, ciência, cultura e qualquer outro campo. Esses encontros enfatizarão a importância de manter a diversidade de perspectivas e experiência no processo de tomada de decisão e na criação de um ambiente mais equitativo e inclusivo.

Para discutir empoderamento e representação, tópicos relevantes serão tratados, por exemplo:

- 1) Histórias de empoderamento – histórias inspiradoras de mulheres que conseguiram superar desafios e conquistar espaço nas suas comunidades (verifique se eles têm tais histórias e se gostariam de compartilhar);
- 2) Conversa sobre educação e capacitação para mulheres, o que elas gostariam de ter acesso na comunidade para promover desenvolvimento pessoal e profissional;
- 3) Como elas podem se encorajar uns aos outros para assumir papéis de liderança nas suas comunidades, organizações locais ou mesmo na esfera política como em partidos ou movimentos sociais;
- 4) Quais os maiores desafios enfrentados por elas nas comunidades onde vivem, tais como o acesso a recursos econômicos (financiamento e crédito);
- 5) Saúde e bem-estar – considere a importância da saúde física e mental das mulheres;
- 6) Reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres – destaque o fato de que o trabalho das mulheres é frequentemente invisível e subestimado. Discuta modos de promover maior

valorização pelo seu trabalho. Sugira que elas usem uma agenda diária para calcularem quanto tempo elas dedicam às responsabilidades domésticas, trabalho fora de casa, engajamento e quanto tempo aos cuidados pessoais;

- 7) Elas têm acesso à informação e tecnologia da mesma maneira que seus parceiros, patrões, crianças... se elas pensam que o acesso à tecnologia é inclusivo;
- 8) Resiliência e adaptação às mudanças climáticas – como as mulheres tratam esses desafios. Qual o papel da mulher na conservação e preservação do meio ambiente onde elas vivem, qual práticas sustentáveis elas consideram apropriado para suas comunidades.

As diferentes experiências e expectativas das mulheres irão variar de acordo com o ambiente onde vivem, de forma que essa abordagem deve ser leve, sem generalização e promovendo a participação igualitária, onde todos os participantes podem contribuir com suas experiências.

A escuta atenta permitirá espaço para o grupo e os indivíduos expressar suas preocupações, desafios de ser uma mulher, formas de opressão que possam existir, desigualdades no acesso a oportunidades e outras questões.

Finalmente, é essencial encorajar os participantes a compartilhar suas histórias, propiciando solidariedade e apoio mútuos para que eles colaborem entre si, provocando mudança positiva nas suas comunidades;

9.5. Ética e Diretrizes sobre Sujeitos Humanos

Padrões Internacionais e Institucionais para Pesquisa com Sujeitos Humanos e Políticas brasileiras sobre pesquisa e sujeitos humanos serão aplicadas a todos os métodos e atividades de pesquisa do Projeto ARCA.

Algumas Políticas e Padrões Relevantes (OHRP, 2012) no Brasil incluem:

- Resolução CNS No. 240/97 definindo "participantes usuários " de acordo com CRI:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0240_05_06_1997.html
- Resolução CNS No. 292/99 sobre Pesquisa com cooperação internacional:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1999/res0292_08_07_1999.html
- Resolução CNS No. 304/2000: Normas para Pesquisas Envolvendo Seres Humanos – Área de Povos Indígenas: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2000/Res304_en.pdf
- Regimento Interno do CONEP (2001):
<http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/regimento.doc>
- Resolução CNS No. 466/2012 sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/466_english.pdf

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) é o organismo estatutário central no Brasil que é responsável pelo registro, auditoria e credenciamento de Comitês de Ética em Pesquisas.

Conselho de Revisão Institucional:

Um Conselho de Revisão Institucional (CRI) é um órgão administrativo estabelecido para proteger os direitos e o bem-estar de humanos sujeitos a pesquisa que possam participar em atividades de pesquisa conduzidas sob os auspícios da instituição com a qual é afiliado. Os CRIs são responsáveis por revisar, previamente ao seu início, todas as pesquisas envolvendo a participação humana. O CRI é preocupado com a proteção do bem-estar, direitos e privacidade de sujeitos humanos. Quaisquer Conselhos de Revisão Institucional (CRIs) serão consultados sobre as atividades e pesquisas envolvendo sujeitos

humanos, e métodos serão considerados para a mitigação de riscos aos sujeitos, tais como a proteção da privacidade dos participantes e outros. Por exemplo, se partes interessadas da universidade estão envolvidas em pesquisa com o Projeto ARPA, o CRI da universidade será envolvido na revisão e aprovação dos métodos de pesquisa.

9.6. Estrutura Institucional para o Plano de Ações de Gênero do ARCA

Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas (CLGSFP) dentro da UGP:

- A UGP manterá funcionando um Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas (CLGSFP), o qual terá continuidade em seu papel.
- Alguns dos elementos-chave de continuidade são o SEP, GRM, PPITs, quaisquer PRMSs e a implementação do PGA, que será gerenciado pelo CLGSFP com apoio local/externo, conforme necessário ao longo das várias fases de implementação do Projeto.
- O CLGSFP terá autoridade para rever/esclarecer/aprovar documentos de salvaguarda, sob o gerenciamento do Gestor da UGP, e será parte de revisões gerenciais como parte do monitoramento geral do Projeto.
- O CLGSFP terá a responsabilidade de trazer à atenção do gestor e/ou do comitê diretor qualquer questão crítica que requeira a atenção referente a salvaguardas e assegurará a tempestividade na preparação e implementação dos instrumentos de salvaguardas apresentados nas EGAS, os quais requerem gestão adaptativa uma vez que as atividades do Projeto serão definidas durante as várias fases do Projeto.
- O CLGSFP estabelecerá uma lista de especialista em meio ambiente, saúde e segurança, gênero e humanidades, que poderão: (i) tratar os vários aspectos de salvaguardas; (ii) conduzir avaliações específicas; (iii) preparar documentos relevantes como procedimentos para ocorrências imprevistas, Plano de Manejo de Pragas" ou planos de saúde e segurança.
- O CLGSFP estabelecerá canais de comunicação para salvaguardas e gênero junto com os vários parceiros que lideram a implementação de Subprojetos, como os vários Gestores de UCs do Componente 1, e organizar uma sessão de apresentação no início do Projeto para apresentar as EGAS, seus vários instrumentos, requisitos de monitoramento e relatoria, o PAG etc.
- O CLGSFP irá supervisionar e monitorar as salvaguardas e a implementação do PAG, receber relatórios do campo e consolidar informação para o relatório geral do Projeto sobre as atividades, progresso, efetividade e desafios.

9.7. Orçamento para o Plano de Ações de Gênero do ARCA

Do orçamento do Projeto, US\$112.000 foi direcionado para cobrir a posição de Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas (CLGSFP) dentro da UGP. Adicionalmente, US\$100.000 do orçamento do Projeto foi destinado para Especialistas em Salvaguardas Ambientais e Sociais e Especialistas em Gênero (ESASG) do Projeto ARCA, para fornecer suporte à integração de gênero e salvaguardas às equipes do CLGSFP e da UGP. Fundos adicionais do Projeto serão destinados à execução do Plano de Ações de Gênero (PAG) e integração de gênero, o que é entrelaçado com todas as demais atividades do Projeto ao longo do ciclo do Projeto, para os Componentes 1, 2, 3 e 4, em adição aos processos e ações de Monitoramento e Avaliação.

10. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES

Indicadores do Plano de Ações de Gênero serão integrados dentro de todo o Monitoramento e Avaliação do Projeto ARCA, e indicadores responsivos a gênero serão mensurados na Análise de Monitoramento e Avaliação do Projeto. Indicadores serão desenvolvidos e mensurados a nível de Unidades de conservação

do Projeto (Componentes 1 e 2) (veja Tabela 6, para exemplo de estrutura antes/depois dos indicadores a nível de UC), a nível de Comunidades Ligadas ao Projeto, a nível de subprojetos do Projeto financiados por subvenções (Componente 3) e a nível de Mulheres Conectadas com o Projeto (MLP).

Durante a Fase Inicial do Projeto, pesquisa adicional da linha de tempo fornecerá dados para o período antes do Projeto, para monitorar e avaliar a efetividade do Projeto, e a efetividade do Plano de Ações de Gênero, com base nos objetivos específicos do PAG do ARCA descritos na Seção 3.3.

Integração do Plano de Ações de Gênero (PAG) – as recomendações do PAG tem sido e serão incorporadas dentro dos elementos do M&A do Projeto. O desenvolvimento de AWPB a cada ano será coordenado pelo Ponto Focal de Articulação Comunitária, Gênero e Salvaguardas (CLGSFP) da UGP, para facilitar a responsividade a gênero transversalmente às atividades planejadas do Projeto, bem como a inclusão de metas relativas a gênero. A Matriz de Resultados do Projeto inclui indicadores específicos de gênero, bem como indicadores com metas desagregadas por gênero. Esses serão rastreados ao longo da implementação do Projeto e relatados como parte do monitoramento e avaliação. Os relatórios de progresso aos seis meses e doze meses do Projeto incluirão subseções sobre a implementação do Plano de Ações de Gênero, relatando quanto à inclusão de gênero e quanto aos indicadores específicos de gênero. Termos de Referência para as avaliações de meio termo e de término do Projeto incluirão provisões específicas para a avaliação de progresso e resultados em relação a inclusão de gênero na implementação do Projeto. Globalmente, o monitoramento do plano de ações de gênero foi considerado através de sua integração transversal em todo o Projeto e integração dentro dos sistemas e orçamentos de M&A do Projeto.

11. REFERÊNCIAS

- Agar, M. e MacDonald, J., 1995. Focus Groups and Ethnography. *Human Organization*, 54(1), 78–86. <http://www.jstor.org/stable/44126575>
- Akotirene, C., 2019. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019.
- ALCÂNTARA, Denilson Moreira e GERMANI, Guiomar Inez, 2005. Fundos de Pasto: espaços comunais em terras baianas. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez; SAMPAIO, Jose Levi Furtado, 2012. Há uma Lei no meio do caminho: Luta para permanecer na terra dos Fundos e Fechos de Pasto na Bahia. Artigo, Revista Terra Livre.
- Alves, T. dos Santos, 2021. Escola das Águas – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPPBA): demarcando experiências geográficas e formativas sobre os territórios pesqueiros da Baía de Todos os Santos (BTS) – Bahia – Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Barreto, Rebeca Mascarenhas Fonseca, Paola Cortez Bianchini, Carlaíse Freitas Gomes, Jéssica Hélén Aguiar D'Albuquerque, João Vítor Jurema Segundo, Maria Isabel Pinheiro de Almeida, 2020. "The Daily Routine Clock of Women in Fundo de Pasto Communities in the Sertão of Bahia: The Importance of Women's Work for Family Income" Published in Cadernos de Agroecologia, v. 15, no. 2, 2020, São Cristóvão, Sergipe.
- Bedlinton, N., 2004. Transforming the mainstream: seminar report on mainstreaming and inclusive approaches in EU development cooperation. Aprodev, HelpAge International, Wide, One World Action.

- Bernard, H. R., 2017. Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches. (Sixth Edition). Washington, D.C.: Rowman and Littlefield.
- Bezerra, V. e R. Veloso, 2015. Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.
- Brasil, 1988. A Constituição da República Federativa do Brasil.
<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Brazil/brttitle2.html>
- Brasil, 2010. Law No. 12.288, of July 20, 2010: Statute of Racial Equality. Brasília: Civil House, 2010.
- Brasil, n.d. National Policy for the Promotion of Racial Equality. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_igualdade_racial.pdf. Acessado em 03/24/2024.
- Brasil, 2021. Brazilian Yearbook of Public Security 2021. Brazilian Forum on Public Security (FBSP) Year 15.
- Briggs, C. (2000). Interview. Journal of Linguistic Anthropology, 9(1-2), 137-140.
- CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e Terra de Direitos, 2023. "Racism and Violence against Quilombos in Brazil: A Comprehensive Survey"
- Costa, Nátane O. de, et all. Social cartography: a tool for the construction of territorial knowledge: theoretical reflections on the possibilities of developing participatory mapping in qualitative research. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86
- Crenshaw, K., 2002. Document for the expert meeting on gender-related aspects of racial discrimination. Feminist Studies Journal, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>. Acessado em: 03/23/2024.
- Dawson, Neil, William Douglas Carvalho, Jakelyne S. Bezerra, Felipe Todeschini, Marcelo Tabarelli e Karen Mustin, 2021. "Lost in Transition? Capturing the Impacts of Conservation and Development Interventions on Relational Values and Human Wellbeing in the Forested Tropics," People and Nature (2021):
<https://doi.org/10.1002/pan3.10185>.
- Freitas, Helder Ribeiro, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira, Rita de Cássia Rodrigues Gonçalves-Gervásio, Cristiane Moraes Marinho, Denes Dantas Vieira, Elson de Oliveira e Lucas Ricardo Souza Almeida, 2023. "Agroecological Transition in the Mandacaru Settlement, Petrolina/ Pernambuco, and Brazilian Semi-Arid Region: Collective Action, Organic Production, and Socio-Technical Networks." Journal of Agroecology and Sustainable Development 45, no. 3 (2023): 100-123.3121
- GBF (Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework), 2024. 2030 Targets (with Guidance Notes).
<https://www.cbd.int/gbf/targets>.
- Gil, A. C., 2002. How to develop research projects. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gohn, M. da Glória, 2007. Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-70, out.
- Guedes, B. N., Araujo, D. V. D., Andrade, M. N. D., & Costa, S. F. G. D. (2009). Grupo Focal: Método e Aplicação em Pesquisas Qualitativas. Revista Brasileira De Ciências Da Saúde, 10(1), 87–92.
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/3425>

Hyle, Maija Anneli, Bishnu Prasad Devkota e Irmeli Mustalahti, 2019. "From Blueprints to Empowerment of Disadvantaged Groups in Natural Resource Governance: Lessons from Nepal and Tanzania," International Journal of the Commons 13, no. 2 (2019): 1062-1078, <https://doi.org/10.5334/ijc.951>.

IGBE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), 2023. Demographic Statistics of Brazil: Year 2024. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-estatisticas-demograficas-do-brasil.html>. Acessado em: 03/24/2024.

IRPA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, 2015. Mulheres de comunidades Fundo de Pasto de Curaçá realizam encontro. 2015. Disponível em: <https://irpaa.org/noticias/1224/mulheres-de-comunidades-fundo-de-pasto-de-curaca-realizam-encontro>.

IRPA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, 2014. No Ano Internacional da Agricultura Familiar é necessário visibilizar o trabalho das mulheres do campo. Disponível em: <https://irpaa.org/noticias/908/no-ano-internacional-da-agricultura-familiar-e-necessario-visibilizar-o-trabalho-das-mulheres-do-campo>.

IRPA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, 2021. Acesso a políticas públicas fortalece Rede Mulher no município de Sento Sé, 2021. Disponível em: <https://irpaa.org/noticias/2304/acesso-a-politicas-publicas-fortalece-rede-mulher-no-municipio-de-sento-se>.

Magaldi, D., Berler, M. (2020). Semi-structured Interviews. In: Zeigler-Hill, V., Shackelford, T.K. (eds) Encyclopedia of Personality and Individual Differences. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-24612-3_857.

May, Peter H., Maria Fernanda Gebara, Luiza Muccillo de Barcellos, Maytê Benicio Rizek e Brent Millikan, 2016. "Benefit Sharing," in The context of REDD+ in Brazil: Drivers, actors and institutions — 3rd Edition, Center for International Forestry Research, 2016, <http://www.jstor.com/stable/resrep16265.14>.

Monteiro, Denis, Luciano Silveira e Paulo Petersen. "Fartura tem de montão: Public Policies and Socio-Ecological Resilience in Traditional Communities of Pastureland in the Sertão do São Francisco, Bahia." Journal of Agroecology and Sustainable Development 34, no. 2 (2022): 182-207.

Nathan, S., Newman, C., Lancaster, K. (2019). Qualitative Interviewing. In: Liamputpong, P. (eds) Handbook of Research Methods in Health Social Sciences. Springer, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4_77

Niemeyer, J. e M. M. Vale, 2022. "Obstacles and Opportunities for Implementing a Policy-Mix for Ecosystem-Based Adaptation to Climate Change in Brazil's Caatinga" Land Use Policy, Volume 122, November 2022, 106385.

Oliveira, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Ines; AGUIAR, José Hilton Santos: DINIZ, Edite Luiz; MATTOS, Paula Adelaide; MOURA, Pablico Vieira, 2010. Análise das Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) no Estado da Bahia, o caso da Barragem de Sobradinho. Anais do III ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS.

Oliveira, J. M. S. de, 2022. "The forgiveness he asked of me never cleaned me." Circuits of violence against women: the record of a cartography. Thesis (PhD) - Federal University of Bahia. Faculty of Philosophy and Human Sciences, Salvador.

Rios, Kássia Aguiar Norberto. A Questão da Luta Na/Pela Terra e Água Dos Pescadores Artesanais: desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré - BA. 466 f. il. 2017. Tese (Doutorado)

Rios, Kássia A., 2020. Principais Disputas a Conflitos Territoriais Identificados em Comunidades Tradicionais Pesqueiras Situadas no Litoral e no Curso do Rio São Francisco- Estado da Bahia. Mares: Revista De Geografia E Etnociências, 1(2), 147-150.

Sabourin, E., Oliveira, L. M. R., Goulet, F., & Martins, E. S. (2022). Public policies for adapting agriculture to climate change in semi-arid Northeast Brazil. Red PP-AL et ReFBN. E-papers Serviços Editoriais, 1(1), pp.236. DOI: 10.48207/9786587065373.

Sanchez, C., 2014. Unstructured Interviews. In: Michalos, A.C. (eds) Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research. Springer, Dordrecht. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-0753-5> SCOTT, Russel Parry, 2009. Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

Santos, Rosiane Rocha Oliveira, Maria Herbênia Lima Cruz Santos, Carlos Alberto Batista dos Santos, 2023. "Produção da Existência das Comunidades de Fundo de Pasto e suas Relações com a Caatinga." REVASF 13, no. 32 (December 2023): A03 01-31.

Santos, E. N. A., P. K. A. Magalhães, A. M. Santos, et al., 2024. "Qualidade de vida de mulheres de uma comunidade quilombola do nordeste brasileiro." Brazilian Journal of Biology 84 (2024): e246463. <https://doi.org/10.1590/1519-6984.246463>

Scott, J. W., 1990. Gender: A Useful Category for Historical Analysis. Translated by SOS: Body and Citizenship. Recife.

US Department of Health and Human Services, Office for Human Research Protections (OHRP) 2021. International Compilation of Human Research Standards, 2021 Edition: Latin America and the Caribbean. <https://www.hhs.gov/sites/default/files/ohrp-international-compilation-2021-latin-america.pdf>

World Bank, 2017. "What does it mean to be a woman in Brazil? The answer will surprise you." Washington, DC. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2017/03/08/ser-mujer-brasil>

World Bank, 2016. "A SnUCshot of Gender in Brazil Today: Institutions, Outcomes, and a Closer Look at Racial and Geographic Differences". Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25976/112319-WP-GenderDiagnosticfinal-PUBLIC-ABSTRACT-SENT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

World Bank, 2018. "Women, Business and the Law." Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/926401524803880673/pdf/125804-PUB-REPLACEMENTPUBLIC.pdf>

12. ANEXO 1: QUADRO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS E DE DIMENSÃO DE GÊNERO (ENTREVISTAS ESTRUTURADAS)

A SER DESENVOLVIDO DURANTE/DEPOIS DAS PRÓXIMAS CONSULTAS